

Diário Oficial

dos Municípios do
Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 13 de Janeiro de 2026

Ano XV – Edição Nº 3528

Página 1 / 024

Sumário

Acesse as páginas correspondentes ao seu município com apenas um clique!

PREFEIT.....

Municípios

Prefeitura Municipal de Ampére	2
Prefeitura Municipal de Barracão.....	4
Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares	5
Câmara Municipal de Nova Esperança do Sudoeste	6
Prefeitura Municipal de Palmas.....	7
Prefeitura Municipal de São João	9
Prefeitura Municipal de Verê	19
Câmara Municipal de Verê	20

Associações

Arss	21
------------	----

Consórcios

Consórcio Intermunicipal da Fronteira - CIF	24
---	----

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPÉRE

DECRETO Nº 03/2026

Dispõe sobre a nomeação de Vias Urbanas no Município de Ampére, e dá outras providências. O PREFEITO MUNICIPAL DE AMPÉRE, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e considerando a solicitação para a definição de determinados trajetos como Vias Urbanas, com o objetivo de facilitar o tráfego, o planejamento urbano e o ordenamento do Município;

DECRETA;

Art. 1º—Fica nomeado com “Via Urbana” o trajeto que inicia no final da Rua 8 de Novembro, Estrada Municipal Linha Manfrin, finalizando até o entroncamento com acesso a Estrada Municipal da Linha Biazin, do Município de Ampére, com o objetivo de identificar e dar uma melhor organização ao fluxo de veículos e à infraestrutura da localidade.

Art. 2º—Fica igualmente nomeado como “Via Urbana” a Estrada Municipal Frei Angel Caru no trecho que se inicia em frente ao Seminário Santo Agostinho, ligando ao Loteamento Estação, também do Município com intuito de promover a melhoria no tráfego e no planejamento urbano da região.

Art. 3º—Denomina-se “Via Urbana” a Estrada Municipal que liga a Comunidade do Alto Alegre, no trecho do final da Avenida Republica Argentina até o entroncamento da Estrada Municipal de acesso a Linha Seca, sendo necessário para melhoria do trafego.

Art. 4º – Em anexo a este Decreto, os mapas de identificação das vias mencionadas, os quais ficam a disposição dos órgãos competentes para acompanhamento e implementação das medidas necessárias.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE AMPÉRE-PR, 12 DE JANEIRO DE 2026.

DOUGLAS DIEMS MOROCKOSKI POTRICH

Prefeito Municipal

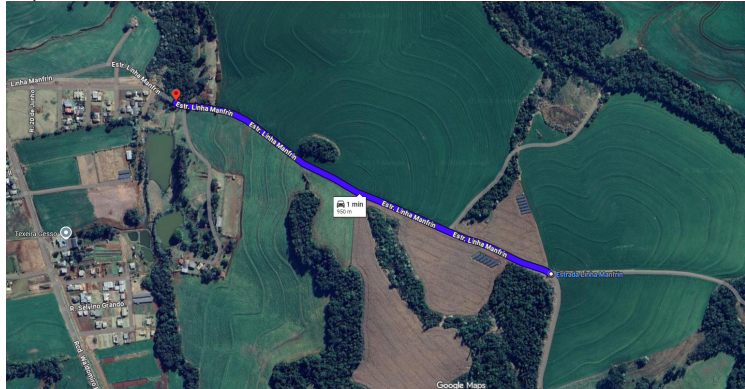
Registre e Publique-se,

EVANDRO CARLOS DAL VESCO

Secretário de Administração

ANEXO

Mapa descritivo do Art. 1º



Mapa descritivo do Art. 2º



Mapa descritivo do Art.3º



Cod458858

DECRETO Nº 002/2026

Declara aberto Teste Seletivo para provimento de cargo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AMPÉRE, Estado do Paraná, fazendo uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA

Art. 1º—Fica declarado aberto Teste Seletivo de Prova Títulos e Tempo de Experiência, para o provimento do seguinte cargo: Médico Veterinário

Art. 2º—Edital próprio estabelecerá as normas e os critérios específicos a serem obedecidos no Teste Seletivo e demais exigências para o cargo.

Art. 3º—Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE AMPÉRE, 12 de janeiro de 2026.

DOUGLAS DIEMS MOROCKOSKI POTRICH

PREFEITO

Registre-se e Publique-se:

Evandro Carlos Dal Vesco

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Cod458860

PORTARIA Nº 015/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE AMPÉRE, Estado do Paraná, fazendo uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º—NOMEAR o cidadão abaixo relacionado, para exercer o cargo em Comissão-Confiança de Gari, conforme prevê as Leis Municipais nºs 2249/2024 e 2271/2025.

Nome	CPF	ADMISSÃO
GELSIO BUTZGE	769.***.***-72	12/01/2026

Art. 2º—O nomeado perceberá por uma jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, o valor especificado na Lei acima.

Art. 3º—Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 12 de janeiro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE AMPÉRE, 12 de janeiro de 2026.

DOUGLAS DIEMS MOROCKOSKI POTRICH

PREFEITO

Registre-se e Publique-se:

Evandro Carlos Dal Vesco

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Cod458842

PORTARIA Nº 016/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE AMPÉRE, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º—CONCEDER licença para tratamento de saúde, ao servidor Baltazar de Lima matrícula nº 1194, a contar de 12 a 28 de janeiro de 2026, conforme prevê o artigo 98 da Lei Municipal nº 1807/2018.

Art. 2º—Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/01/2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE AMPÉRE, 12 de janeiro de 2026.

DOUGLAS DIEMS MOROCKOSKI POTRICH

PREFEITO

Registre-se e Publique-se:

Evandro Carlos Dal Vesco

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Cod458843

PORTARIA No 017/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE AMPÉRE, Estado do Paraná, fazendo uso das suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
RESOLVE
Art. 1º–DESIGNAR o servidor Nestor Pedro Furlanetto, médico veterinário, matrícula no 2728, carga horária de 32 horas semanais para inspeção de aves na Empresa AGROASA E CIA LTDA, CNPJ 15.610.955/0001-38, localizada na Linha Balsa e 08 horas semanais para o SIM – Serviço de Inspeção Municipal.
Art. 2º–Esta Portaria revoga os efeitos da Portaria 242/2024.
Art 3º–Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, para produzir os efeitos retroativos de 05/01/2026.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE AMPÉRE, 12 de janeiro de 2026.
DOUGLAS DIEMS MOROCKOSKI POTRICH
PREFEITO
Registre-se e Publique-se:
Evandro Carlos Dal Vesco
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Cod458855

PORTARIA Nº 018/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE AMPÉRE, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
RESOLVE
Art.1º–EXONERAR a pedido, a servidora Adrielle Nunes da Silva Matrícula nº 2903, ocupante do cargo em Comissão–Confiança de Agente de Apoio, conforme Lei Municipal nº 2222/2024.
Art.2º–Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 de janeiro de 2026.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE AMPÉRE, 12 de janeiro de 2026.
DOUGLAS DIEMS MOROCKOSKI POTRICH
PREFEITO
Registre-se e Publique-se:
Evandro Carlos Dal Vesco
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Cod458857

PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 267/2022, 16 DE DEZEMBRO DE 2022.

ADITANTE: O MUNICÍPIO DE AMPÉRE/PR, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ nº 77.817.054/0001-79.
ADITADA: ADELINA MARIA DA SILVA, Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.858.550/0001-47.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente INSTRUMENTO tem por objeto aditar o Contrato nº 267/2022, celebrado em 16 de dezembro de 2022, para prorrogação conforme CLÁUSULA QUARTA – Da Vigência, referente a Cessão da Lanchonete e prestação de serviços gerais, junto ao Terminal Rodoviário Alcino Potrick–Bairro Nossa Senhora das Graças.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO
Fica renovado por igual período o prazo de vigência do presente Contrato por mais 24 (vinte e quatro) meses, com início para dia 16 de dezembro de 2024 e término previsto para o dia 16 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido a qualquer tempo, de forma unilateral pelo município.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
Fica mantido o valor global do Contrato Nº 267/2022, o montante de R\$ 34.399,92 (trinta e quatro mil trezentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos), conforme segue:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	37804–Concessão dos serviços de exploração de lanchonete e prestação de serviços gerais junto ao terminal rodoviário Alcino Potrick do município de Ampére. A) Exploração comercial da Lanchonete, guarda-volume e sanitários; b) Prestação de serviços gerais, incluindo a limpeza, corte de grama em geral. c) Fica excluída da presente concessão da exploração de serviço de 2 (dois) boxes, atualmente servindo à agência de venda de passagens das diversas empresas que possuem linhas de trânsito pelo Município, local em que a conservação, limpeza e energia ficará a cargo dos respectivos agentes.d) Localização e descrição do terminal, Av. República Argentina, Lote único, da quadra 149, Lotes 1-A, 2-A e 03-A, da quadra 150, com área construída de 544,34 m2, assim distribuída: Bloco A 16,40m por 19,40m; Bloco B 29,70m por 8m e passarela com 4,7m por 5m	MÊS	24	1.433,33	34.399,92

CLÁUSULA QUARTA–DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato

ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar do Contrato original, a fim de que juntos produzam um só efeito.
E, por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente em duas vias de igual teor, na presença de testemunhas.
Ampére/PR, 16 de dezembro de 2024.
ADELINA MARIA DA SILVA

CONCESSIONÁRIA	DISNEI LUQUINI PREFEITO MUNICIPAL
----------------	--------------------------------------

Cod458859

EXTRATO DE DIÁRIA

Lei nº2235/2024
Servidor: Luis Fernando Martini
Matricula: 2016
Quantidade: 02 (duas) diárias.
Valor Total: 734,80 (setecentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos)
Conforme cronograma abaixo:
Destino/Local: LONDRINA - PR
Motivo: transporte de pacientes
Data e hora de saída: 11/01/2022 às 22:00
Data e hora de retorno: 13/01/2025 às 23:00
Veiculo: TAQ7D93
BRUNA LUQUINI MAZZUCO
SECRETÁRIA DE SAÚDE

Cod458844

EXTRATO DE DIÁRIA

Lei nº 2235/2024
Servidor: Ademair Vit
Matricula: 2140
Quantidade: 01 (uma) diária.
Valor Total: 367,40 (trezentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos).
conforme cronograma abaixo:
Destino/Local: GUARAPUAVA - PR
Motivo: transporte paciente
Data e hora de saída: 09/01/2026 às 13:00
Data e hora de retorno: 10/01/2026 às 14:00
Veiculo: SDW1E08
BRUNA LUQUINI MAZZUCO
SECRETÁRIA DE SAÚDE

Cod458845

EXTRATO DE DIÁRIA

Lei nº2235/2024
Servidor: Ademair Vit
Matricula: 2140
Quantidade: 01 (uma) diária.
Valor Total: 367,40 (trezentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos).
conforme cronograma abaixo:
Destino/Local: CURITIBA - PR
Motivo: transporte paciente
Data e hora de saída: 11/01/2026 às 22:00
Data e hora de retorno: 12/01/2026 às 23:00
Veiculo: TAR6H39
BRUNA LUQUINI MAZZUCO
SECRETÁRIA DE SAÚDE

Cod458846

Diário Oficial

dos Municípios do
Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 13 de Janeiro de 2026

Ano XV – Edição Nº 3528

Página 4 / 024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRAÇÃO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREGÃO PRESENCIAL: Nº 123/2023

PROCESSO LICITATORIO: 160/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARRAÇÃO/PR.

Contratação de Empresa para Execução de Serviços de Mão de Obra Especializada em Parte Elétrica, destinados à manutenção e reparos nos diversos setores da Administração Publica do Município de Barracão/PR.

CONTRATO: Nº 11/2024

CONTRATADA: ERT FIX PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA

PRAZO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário, por mais 12 (doze) meses, vigorando até 24 de janeiro de 2027, ou em quanto durar o saldo.

Cod458836

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

DECRETO Nº 003/2026

A Prefeita Municipal de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade da administração e, com fundamento no Edital nº 001/2025 de 17 de junho de 2025:

DECRETA

Art. 1º–Fica ampliado o número de vagas constantes do Edital nº 001/2025 de 17 de junho de 2025, em relação aos seguintes cargos:

Cargo	Número de Vagas Dispostas no Edital com alteração através dos Decretos: nº 068/2025, nº 076/2025, 082/2025, nº 088/2025, nº 090/2025, nº 103/2025, nº 105/2025, nº 111/2025, nº 124/2025 e nº 001/2026.	Número de Vagas Ampliadas	Número de Vagas Aptas para Convocação
Auxiliar Administrativo	3	1	4

Art. 2º–Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE.

PUBLIQUE-SE.

CUMPRA-SE.

Coronel Domingos Soares PR, 09 de janeiro de 2026.

MARIA ANTONIETA DE ARAÚJO ALMEIDA

PREFEITA MUNICIPAL

Cod458832

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 002/2025

EDITAL Nº 059/2026 – Convocação de Aprovados

O MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n. 01614145/0001-18, com sede na Avenida Araucária, n. 3120, neste ato representado pela Prefeita Municipal Maria Antonieta de Araújo Almeida, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Lauro Eschembach–Centro, Coronel Domingos Soares/PR, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 1060/2022 e suas modificações e ainda, com fundamento no art. 37, IX da Constituição Federal, e no artigo 6º da Lei Municipal nº 816/2017, considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025 e conforme Edital nº 007/2025 – Classificação Final dos Aprovados e Homologação do Resultado Final e em conformidade com os Decretos nº 068/2025, 076/2025, 082/2025, 088/2025,090/2025,105/2025, 111/2025,124/2025 e 001/2026, que alterou o nº de vagas, RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO

1º–A convocação dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025, conforme Edital nº 001/2025, Edital de Homologação do Resultado Final nº 007/2025 e Decretos nº 068/2025, nº 076/2025, nº082/2025, nº088/2025, nº 090/2025, nº 103/2025, nº105/2025, n º111/2025,124/2025, 001/2026 e nº 003/2026;

2º–O candidato deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares, PR, no período de 13 a 19 de janeiro de 2026, no horário das 09:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, obrigatoriamente munidos de todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme item 12.2 do Edital nº 001/2025 e documentos indicados no anexo I deste edital.

3º–O não comparecimento para atender o presente Edital e confirmar a aceitação da vaga, será considerado como desistência, e será eliminado do presente Processo Seletivo.

4º–Será remetido para o final da lista o candidato que não tenha interesse imediato na vaga ofertada, conforme item 12.4 do Edital nº 001/2025:

AUXILIAR ADMINISTRATIVO		
CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	NASCIMENTO
4º	ANA MARIA BOESE DE QUADROS	2/9/2008

Publique-se.

Coronel Domingos Soares-Pr, em 12 de janeiro de 2026.

MARIA ANTONIETA DE ARAÚJO ALMEIDA

PREFEITA MUNICIPAL

ANEXO I

- A) Carteira de Identidade e do Título de Eleitor;
- B) Documento comprovando quitação das obrigações Militar e Eleitoral;
- C) Certificado ou diploma que comprove o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo e da carteira de registro no respectivo Conselho Regional;
- D) CPF;
- E) CPF dos filhos e dependentes;
- F) Comprovação da inexistência de antecedentes criminais; (Fórum)
- G) Atestado de Saúde Ocupacional que poderá ser datado e emitido nos últimos 30 (trinta) dias, anteriores à data da contratação, expedido por Médico do Trabalho;
- H) Carteira de Motorista, para “operador de máquinas categoria C”, para “Motorista categoria D”
- I) Uma foto 3x4 recente;
- J) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;
- K) Carteira de Trabalho;
- L) Certidão de Casamento;
- M) Certidão de Nascimento;

- N) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 15 anos;
- O) Declaração Imposto de Renda e ou Declaração de bens, direitos e valores pertencentes ao Patrimônio do candidato (Art.13, da Lei Federal 8.429/92).
- P) Trazer anotado nº de celular e e-mail;
- Q) Comprovante de residência atualizado;
- R) Para contratação, deve ser respeitada a Acumulação Legal de Cargos e a compatibilidade horário do cargo, devendo o candidato preencher Ficha de Acúmulo de cargo que será disponibilizado pela Divisão de Recursos Humanos;
- Os documentos deverão ser apresentados na forma de cópia autenticada em cartório competente ou mera cópia, desde que acompanhada do original, para conferência, no ato da apresentação.

Cod458863

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA 01/2026

A Câmara Municipal de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, com sede na Avenida Iguaçu, 098, Centro, inscrita no CNPJ do M/F sob nº 01.040.648/0001-54, representada por seu Presidente, Senhor Alencar Jose Luchtenberg, em pleno exercício de seu mandato e atribuições legais, com fundamento no art. 92 do Regimento Interno, CONVOCA os Senhores Vereadores para Sessão Legislativa Extraordinária, a realizar-se em 15 de janeiro de 2026, às 19 horas, no Plenário desta Casa Legislativa, para a apreciação das seguintes proposições:

- Projeto de Lei n.º 01/2026, do Executivo Municipal;
- Projeto de Lei n.º 02/2026, do Executivo Municipal;
- Projeto de Lei n.º 03/2026, do Executivo Municipal;
- Projeto de Lei n.º 04/2026, do Executivo Municipal;

Os quatro projetos de lei possuem a seguinte ementa: "Autoriza o Poder Executivo a firmar permissão de uso de bem público a título gratuito e precário."

Os Projetos de Lei serão deliberados em único turno de discussão e votação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, em 12 de janeiro de 2026.

Alencar Jose Luchtenberg

Presidente

Cod458868

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ERRATA

ERRATA – PORTARIA Nº 22.474 – de 1º de janeiro de 2026, Publicado no “DIOEMS”, em data de 08 de janeiro de 2026. Edição nº 3525.
ONDE SE LÊ:

ADRIANA DE FATIMA DA SILVA DE OLIVEIRA	900.542.299-87	CMEI CANTINHO FELIZ	VESPERTINO	CAMPOS DE EXPERIENCIAS
--	----------------	---------------------	------------	------------------------

LEIA-SE:

ADRIANA DE FATIMA DA SILVA DE OLIVEIRA	089.315.199-82	CMEI CANTINHO FELIZ	VESPERTINO	CAMPOS DE EXPERIENCIAS
--	----------------	---------------------	------------	------------------------

ONDE SE LÊ:

DAYANE APARECIDA DOS SANTOS SALDANHA	063.511.639-19	ESC. NERASI MENIN CALZA	VESPERTINO	5º ANO D
--------------------------------------	----------------	-------------------------	------------	----------

LEIA-SE:

DAYANE APARECIDA DOS SANTOS SALDANHA	063.511.639-19	ESC. NERASI MENIN CALZA	VESPERTINO	INFANTIL 5 D
--------------------------------------	----------------	-------------------------	------------	--------------

ADICIONAR AO TEXTO ORIGINAL:

DORIS PEREIRA CANEI	685.557.339-87	CMEI CARME SOLANGE BRASIL DE MATTOS	MATUTINO	AUXILIAR DE ALUNO AUTISTA
---------------------	----------------	-------------------------------------	----------	---------------------------

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRAS-SE.
Prefeitura Municipal de Palmas, PR., 12 de janeiro de 2026.
Daniel Ricardo Langaro
Prefeito

Cod458865

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2025

O Prefeito Municipal de Palmas, **DANIEL RICARDO LANGARO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve:

01 - **HOMOLOGAR E ADJUDICAR** a presente licitação, nestes termos:
a) Chamada Pública Nº: 06/2025
b) Data Homologação: 12/01/2026
c) Data da Adjudicação: 12/01/2026
d) Objeto da Chamada Pública: **Credenciamento de Organizações da Sociedade Civil – OSCs para Prestar Serviço de Proteção Social Especial a Pessoas com Deficiência nos moldes da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, com algum grau de dependência, residentes no município, com a finalidade de promover a autonomia, a inclusão social, garantindo 15 vagas a administração municipal e cumprindo as metas para todos os acolhidos.**

PRESTADOR DE SERVIÇO CREDENCIADO:

OSC	CNPJ	DECISÃO
APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PALMAS	78.685.302/0001-38	DEFERIDO

Com base nos elementos constantes no Processo de Chamamento acima descrito, referente ao Credenciamento nº 06/2025 **HOMOLOGO** o certame e **CREDECENIO** a empresa relacionada acima com fundamento nas disposições constantes da Lei nº 13.019/14.

Daniel Ricardo Langaro
Prefeito Municipal de Palmas

Cod458850

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2025

O Prefeito Municipal de Palmas, **DANIEL RICARDO LANGARO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve:

01 - **HOMOLOGAR E ADJUDICAR** a presente licitação, nestes termos:
a) Chamada Pública Nº: 07/2025
b) Data Homologação: 12/01/2026
c) Data da Adjudicação: 12/01/2026
d) Objeto da Chamada Pública: **Credenciamento de Organizações da Sociedade Civil – OSCs para Prestar Serviço de Proteção Social de Proteção Social especial de Alta Complexidade Na Modalidade De Acolhimento Para Idosos (as) Com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, independentes e/ou com diversos graus de dependência que residam no município. A natureza do acolhimento deverá ser provisória e, excepcionalmente, de longa permanência quando esgotadas todas as possibilidades de Autossustento e convívio com os familiares. É previsto para idosos (as) que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivência de situações de violência e negligência, em situação de rua e de abandono, garantindo 05 Vagas a administração municipal e cumprindo as metas para todos os acolhidos.**

PRESTADOR DE SERVIÇO CREDENCIADO:

OSC	CNPJ	DECISÃO
CÁRITAS DIOCESANA DE PALMAS - Lar dos Velhinhos Nossa Senhora das Graças	78.072.253/0003-20	DEFERIDO

Com base nos elementos constantes no Processo de Chamamento acima descrito, referente ao Credenciamento nº 07/2025 **HOMOLOGO** o certame e **CREDECENIO** a empresa relacionada acima com fundamento nas disposições constantes da Lei nº 13.019/14.

Daniel Ricardo Langaro
Prefeito Municipal de Palmas

Cod458851

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2025

O Prefeito Municipal de Palmas, **DANIEL RICARDO LANGARO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve:

01 - **HOMOLOGAR E ADJUDICAR** a presente licitação, nestes termos:
a) Chamada Pública Nº: 08/2025
b) Data Homologação: 12/01/2026
c) Data da Adjudicação: 12/01/2026
d) Objeto da Chamada Pública: **Credenciamento de Organizações da Sociedade Civil – OSCs para prestar serviço de proteção social especial de alta complexidade na modalidade de acolhimento Casa De Passagem, com serviço de acolhimento provisório com estrutura para acolher com privacidade pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar. É previsto para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento. Deve estar distribuído no espaço urbano de forma democrática, respeitando o direito de permanência definido em lei e usufruto da cidade com segurança, igualdade de condições e acesso aos serviços públicos, garantindo 180 Vagas (Pernoite) /ano, sendo 15 vagas/mês a Administração Municipal e cumprindo as metas para todos OS ACOLHIDOS.**


PRESTADOR DE SERVIÇO CREDENCIADO:

OSC	CNPJ	DECISÃO
INSTITUTO PALMENSE DE ACOES COMUNITARIAS - IPAC.	03.286.96610001-25	DEFERIDO

Com base nos elementos constantes no Processo de Chamamento acima descrito, referente ao Credenciamento nº 08/2025 **HOMOLOGO** o certame e **CREDECENIO** a empresa relacionada acima com fundamento nas disposições constantes da Lei nº 13.019/14.

Daniel Ricardo Langaro
Prefeito Municipal de Palmas

Cod458852

 ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS CNPJ: 76.161.181/0001-08 Telefone:(46) 3263-7000 Endereço: Av. Clevelândia, 521 - Centro CEP: 85555-000 - Palmas	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 63/2025
	Processo 180/2025 Data do Processo: 16/10/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer jurídico conclusivo, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Processo Nr.:** 180/2025
b) **Licitação Nr.:** 63/2025 - PE
c) **Modalidade:** Pregão eletrônico
d) **Data Homologação:** 12/01/2026
e) **Objeto da Licitação:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços topográficos com disposição de equipamentos adequados para realizar os serviços de topografia no Município de Palmas-PR.

f) Fornecedores e Itens Vencedores:	Unid.	Qtde.	Descto (%)	Unit.	Total
META PLANEJAMENTO AMBIENTAL LTDA					
1. ESTAQUEAMENTO DE RUAS URBANAS E ESTRADAS RURAIS COM FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÕES DE ESTACAS DE 5X2,5X100 (1 A CADA 20 METROS). (UNIDADE: METRO); (2010875)	UN	800.000,000	0,000	0,140	112.000,00
2. LEVANTAMENTO AÉREO COM DRONE, FORNECIMENTO DE ORTOFOTO GEORREFERENCIADA, (UNIDADE: M2); (2010876)	UN	700.000,000	0,000	0,230	161.000,00
3. LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANALTIMÉTRICO CADASTRAL (BUENOS, CERROS, TALUDE, PERFIL LONGITUDINAL E SEÇÕES TRANSVERSAIS, ETC) DE ESTRADAS RURAIS, COM RELATÓRIO FOTOGRÁFICO, ART. ENTREGA DE ARQUIVO DIGITAL EM FORMATO DWG. (UNIDADE: M2); (2010877)	UN	600.000,000	0,000	0,170	102.000,00
4. LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANALTIMÉTRICO CADASTRAL (MURO, POSTES, GALERIAS, CALÇADAS EXISTENTES, ETC.) DE VIAS URBANAS, COM RELATÓRIO FOTOGRÁFICO, ART. ENTREGA ARQUIVO DIGITAL EM FORMATO DWG. (UNIDADE: M2); (2010878)	UN	1.000.000,000	0,000	0,180	180.000,00
5. LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIMÉTRICO E DEMARCAÇÃO DE LOTES URBANOS, PARA DESMEMBRAMENTO OU UNIFICAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MAPAS, MEMORANDOS DESCRITIVOS, ART. ENTREGA DE ARQUIVO IMPRESSO E DIGITAL EM FORMATO DWG. (UND); (2010879)	UN	500.000	0,000	69,600	34.800,00
6. LOCAÇÃO DE OBRAS E DEMARCAÇÕES EM CAMPO COM FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÕES DE ESTACAS DE 5X2X50. (UNIDADE: PONTO); (2010880)	UN	2.000,000	0,000	0,100	200,00
Total Fornecedor:					590.000,00
Total Geral:					590.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	12.010.04.122.0005.2008.3.3.90.39.00	R\$ 1.757.170,00
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS	21.030.15.452.0006.2021.3.3.90.39.00	R\$ 534.662,78
LIMPEZA PÚBLICA	21.030.15.452.0006.2019.3.3.90.39.00	R\$ 537.844,45

 ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS CNPJ: 76.161.181/0001-08 Telefone:(46) 3263-7000 Endereço: Av. Clevelândia, 521 - Centro CEP: 85555-000 - Palmas	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 63/2025
	Processo 180/2025 Data do Processo: 16/10/2025

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS	21.040.15.452.0006.2018.3.3.90.39.00	R\$ 684.662,77

Cod458869

Edital de Ampliação de vagas do Concurso Público 122.01/2022 para Contratação de Servidor Público Estatutário

O Prefeito Municipal de Palmas, Estado do Paraná, Daniel Ricardo Langaro, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 37, IX, da Constituição Federal, Art. 87 da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os interessados; tendo em vista o Edital de Abertura nº 01.01/2022 e a convocação necessária ao interesse da Administração Pública Municipal; Considerando a necessidade de ampliação de vagas dentro do existente na estrutura administrativa municipal, bem como a existência de classificados para suprir as necessidades, diante dos diários pedidos de exoneração de funcionários/servidores municipais, licenças de saúde e outras, e que deverão iniciar as substituições dos funcionários admitidos por processos seletivos por servidores concursados, sem que ocorra prejuízo ao serviço público;

Resolve:

TORNAR PÚBLICO o presente Edital, com a **AMPLIAÇÃO de vagas** no **Concurso Público** conforme o Edital de Abertura nº 01.01/2022 e demais alterações, conforme segue:

CARGO	VAGAS EXISTENTES	VAGAS AMPLIADAS	VAGAS TOTAIS
OPERADOR DE MÁQUINAS	03	01	04

Palmas, 09 de janeiro de 2026.

Daniel Ricardo Langaro
Prefeito

Cod458848

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

PORTARIA Nº 7.260, DE 12 DE JANEIRO DE 2026

Nomeia servidores eleitos para a função de Direção das Escolas Municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do art. 61, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o resultado das eleições para Diretores nas Escolas Municipais de São João, ocorrido em 2025, promovidas pela Lei nº 1.946/2021, alterada pela Lei nº 1.993/2022 e divulgado pelo Edital nº 041/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a partir de 01/01/2026, Jurema Da Silva Bronca, CPF nº 964.xxx.xxx-20, para função de Diretora eleita de acordo com a Lei nº 1.946, 08/10/ 2021, para a Escola Municipal Castro Alves, (40 horas), do município de São João, ficando atribuída gratificação nos termos do art. 2º da Lei nº 1.949, de 09/11/2021.

Art. 2º Nomear, a partir de 01/01/2026, Mari Da Fonseca, CPF nº 023.xxx.xxx-69, para função de Diretora eleita de acordo com a Lei nº 1.946, 08/10/ 2021, para a Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima, (20 horas), do município de São João, ficando atribuída gratificação nos termos do art. 2º da Lei nº 1.949, de 09/11/2021.

Art. 3º Nomear, a partir de 01/01/2026, Merillyn Aline de Oliveira, CPF nº 061.xxx.xxx-51, para função de Diretora eleita de acordo com a Lei nº 1.946, 08/10/ 2021, para a Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes, (20 horas), do município de São João, ficando atribuída gratificação nos termos do art. 2º da Lei nº 1.949, de 09/11/2021.

Art. 4º Nomear, a partir de 01/01/2026, Bianca Daniela Geleski, CPF nº 069.xxx.xxx-20, para função de Diretora eleita de acordo com a Lei nº 1.946, 08/10/ 2021, para a Escola Municipal Imaculada Conceição, (20 horas), do município de São João, ficando atribuída gratificação nos termos do art. 2º da Lei nº 1.949, de 09/11/2021.

Art. 5º Nomear, a partir de 01/01/2026, Gilvana Aparecida Brandoli, CPF nº 067.xxx.xxx-88, para função de Diretora eleita de acordo com a Lei nº 1.946, 08/10/ 2021, para o Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida, (40 horas), do município de São João, ficando atribuída gratificação nos termos do art. 2º da Lei nº 1.949, de 09/11/2021.

Art. 6º Nomear, a partir de 01/01/2026, Marinez de Oliveira Ruiz, CPF nº 870.xxx.xxx-04, para função de Diretora eleita de acordo com a Lei nº 1.946, 08/10/ 2021, para a Escola Municipal São João, (40 horas), do município de São João, ficando atribuída gratificação nos termos do art. 2º da Lei nº 1.949, de 09/11/2021.

Art. 7º Nomear, a partir de 01/01/2026, Vanderson Da Silva, CPF nº 078.xxx.xxx-85, para função de Diretor eleita de acordo com a Lei nº 1.946, 08/10/ 2021, para a Escola Municipal São Pedro, (20 horas), do município de São João, ficando atribuída gratificação nos termos do art. 2º da Lei nº 1.949, de 09/11/2021.

Art. 8º Nomear, a partir de 01/01/2026, Renata Gracieli Todorovski Hartmann, CPF nº 046.xxx.xxx-08, para função de Diretora eleita de acordo com a Lei nº 1.946, 08/10/ 2021, para o Centro Municipal de Educação Infantil Irineo Sperotto, (40 horas), do município de São João, ficando atribuída gratificação nos termos do art. 2º da Lei nº 1.949, de 09/11/2021.

Art. 9º Registre-se e publique-se, em 12 de janeiro de 2026.

JONI ZANELLA FERREIRA–Prefeito Municipal

Cod458831

PORTARIA Nº 7.261, DE 12 DE JANEIRO DE 2026

Nomeia servidores municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do art. 61, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Janaina Cristina Caimi, CPF nº 974.xxx.xxx-49, para o cargo de Chefe de Gabinete, símbolo CC-1

Art. 2º Nomear, Luiz Fernando Correia Megiolaro, CPF nº 091.xxx.xxx-95, para o cargo de Chefe da Divisão de Projetos, símbolo CC-3.

Art. 3º Registre-se e publique-se, em 12 de janeiro de 2026.

JONI ZANELLA FERREIRA–Prefeito Municipal

Cod458856

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA–FNHIS SUB 50

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO–ESTADO DO PARANÁ

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.995.422/0001-06, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 150, Centro, CEP: 85.570-000, em São João, Estado do Paraná, representado pelo Prefeito Municipal, Joni Zanella Ferreira, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar CHAMAMENTO PÚBLICO para seleção de famílias beneficiárias de 20 (vinte) unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida–Faixa 1, modalidade MCMV FNHIS Sub 50, em conformidade com:

Lei Federal nº 14.620, de 13 de julho de 2023 (Institui o Programa Minha Casa, Minha Vida);

Portaria MCID nº 1.416, de 6 de novembro de 2023 (Dispõe sobre as diretrizes para habilitação e seleção de beneficiários);

Portaria MCID nº 75, de 28 de janeiro de 2025 (Estabelece normas para o Trabalho Social);

Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);

Constituição Federal de 1988;

Legislação Municipal aplicável.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Edital tem por objeto a seleção de famílias em situação de vulnerabilidade social para serem beneficiárias de 20 (vinte) unidades habitacionais a serem construídas no Município de São João/PR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida–FNHIS

Sub 50.

1.2. As unidades habitacionais serão destinadas aos candidatos selecionados, observados os seguintes percentuais mínimos de reserva:

20% (04 unidades) para famílias cuja titularidade seja exercida por mulher chefe de família, assim distribuídas:

03 (três) unidades para mulheres responsáveis pela unidade familiar;

01 (uma) unidade para mulher vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340/2006;

10% (02 unidades) para famílias que possuam em seu núcleo familiar pessoa com deficiência, assim distribuídas:

1 (uma) unidade destinada a família que possua em seu núcleo familiar pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA;

1 (uma) unidade destinada a família que possua em seu núcleo familiar pessoa com deficiência física, sensorial, intelectual ou múltipla, nos termos da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

5% (01 unidade) para famílias cujo titular seja pessoa idosa, nos termos do Estatuto da Pessoa Idosa;

65% (13 unidades) destinadas à demanda geral, observados os critérios objetivos de pontuação e classificação previstos neste Edital.

1.3. As unidades habitacionais terão as seguintes características mínimas (conforme projeto aprovado):

área construída: 53,86 m² (área bruta) / 47,46 m² (área líquida);

composição: 2 (dois) quartos, sala integrada à cozinha (estar/cozinha), banheiro, lavanderia e varanda;

localização: LOTEAMENTO SANTA ISABEL – PERÍMETRO URBANO DA SEDE.

2. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do processo seletivo as famílias que atendam CUMULATIVAMENTE aos seguintes requisitos na data de publicação deste Edital:

2.1.1. Requisitos Obrigatórios:

a) ser maior de 18 (dezoito) anos ou emancipado nos termos da legislação civil;

b) possuir cadastro ativo e atualizado no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com data de atualização não superior a 24 (vinte e quatro) meses;

c) possuir renda familiar mensal bruta de até R\$ 2.850,00 (dois mil e oitocentos e cinquenta reais), comprovada por meio do CadÚnico;

d) residir no Município de São João/PR de forma ininterrupta há no mínimo 3 (três) anos, comprovados mediante documentação hábil;

e) não possuir e não ser usufrutuário o candidato ou qualquer membro do núcleo familiar, imóvel (urbano ou rural), casa, apartamento, sala, loja, terreno ou qualquer outro bem imóvel, em qualquer localidade do território nacional;

f) não ter sido beneficiado anteriormente, o candidato ou qualquer membro do núcleo familiar, por programas habitacionais de qualquer esfera governamental (federal, estadual ou municipal) ou por programas de regularização fundiária;

g) não possuir restrições cadastrais que impeçam a contratação (conforme verificação junto aos órgãos competentes);

h) comprometer-se a residir no imóvel a ser recebido como domicílio permanente, sendo vedada a transferência, venda, doação, locação ou qualquer outra forma de alienação pelo prazo mínimo estabelecido em contrato;

i) apresentar toda a documentação exigida neste Edital, dentro dos prazos estabelecidos.

2.1.2. Composição do Núcleo Familiar:

2.1.2.1. Considera-se núcleo familiar, para fins deste Edital:

o candidato (titular);

cônjuge ou companheiro(a);

filhos e enteados menores de 18 anos ou até 24 anos, se estiverem cursando ensino superior ou técnico;

pais, sogros, avós;

irmãos, cunhados, genros e noras solteiros ou viúvos;

netos menores de 18 anos;

pessoas com deficiência, independentemente da idade;

agregados (mediante comprovação de dependência econômica).

2.1.2.2. Todos os membros do núcleo familiar deverão estar cadastrados no CadÚnico.

2.1.3. Prioridades e Critérios Especiais:

2.1.3.1. Serão reservadas unidades habitacionais para os seguintes grupos prioritários, conforme deliberação do Conselho Municipal de Habitação:

a) 20% das unidades (04 unidades) para famílias cuja titular seja mulher chefe de família, assim distribuídas:

01 (uma) unidade destinada, prioritariamente, a mulher vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), mediante comprovação;

03 (três) unidades destinadas a mulheres responsáveis pela unidade familiar, com ou sem cônjuge/companheiro.

b) 10% das unidades (02 unidades) para famílias com pessoa com deficiência, assim distribuídas:

01 (uma) unidade destinada a família que possua em seu núcleo familiar pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA;

01 (uma) unidade destinada a família que possua em seu núcleo familiar pessoa com deficiência física, sensorial, intelectual ou múltipla, nos termos da legislação vigente.

c) 5% das unidades (01 unidade) para famílias com idosos como titular:

pessoas com 60 (sessenta) anos ou mais;

o idoso deverá ser o titular do cadastro.

2.1.3.2. Após o preenchimento das cotas específicas, as demais unidades serão

destinadas à demanda geral, observada a ordem de pontuação.

2.1.3.3. Caso as cotas específicas estabelecidas no item 1.2 não sejam integralmente preenchidas por falta de candidatos habilitados que atendam aos requisitos de cada categoria, as vagas remanescentes serão automaticamente redirecionadas para a demanda geral, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação por pontuação.

2.1.3.4. O não preenchimento de cotas específicas poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a) ausência de candidatos inscritos na categoria específica;
- b) desclassificação de todos os candidatos inscritos na categoria por não atendimento aos requisitos;
- c) desistência de candidatos classificados na categoria sem candidatos remanescentes na lista de reserva da mesma cota.

2.1.3.5. A redistribuição das vagas será realizada da seguinte forma:

- a) 1ª prioridade: candidatos da lista de reserva da mesma categoria específica, se houver;
- b) 2ª prioridade: candidatos da demanda geral, respeitando a ordem decrescente de pontuação;
- c) a Comissão de Seleção documentará formalmente cada redistribuição, justificando tecnicamente a impossibilidade de preenchimento da cota.

2.1.3.6. A redistribuição de vagas será divulgada juntamente com a Lista de Classificação Final, garantindo-se transparência e publicidade ao processo.

3. DOS IMPEDIMENTOS

3.1. Não poderão participar deste processo seletivo:

- a) candidatos que não atendam aos requisitos estabelecidos no item 2 deste Edital;
- b) servidores públicos municipais efetivos ou comissionados, seus cônjuges, companheiros e parentes até o segundo grau, que atuem diretamente na seleção, análise ou execução do programa habitacional;
- c) candidatos que tenham prestado declarações falsas ou apresentado documentos inidôneos em qualquer fase do processo;
- d) famílias que possuam condições financeiras de adquirir imóvel por outros meios;
- e) candidatos que tenham sido excluídos de programas habitacionais anteriores por descumprimento de normas ou obrigações contratuais;
- f) famílias que possuam financiamento habitacional ativo em qualquer instituição financeira.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. Do Período e Local de Inscrição:

4.1.1. As inscrições serão realizadas aos requisitos estabelecidos no período de 2026 a 23 de janeiro de 2026 em dias úteis, das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h.

4.1.2. Local de inscrição:

Secretaria Municipal de Assistência Social

Endereço: Avenida Paraná, 157, Centro, São João/PR

Telefone: (46) 99115-1202

E-mail: secassistenciasocial@saojoao.pr.gov.br

4.1.3. As inscrições serão realizadas presencialmente pelo candidato ou por procurador legalmente constituído, mediante apresentação de procuração pública ou particular com firma reconhecida e documento de identidade do procurador.

4.2. Da Documentação para Inscrição:

4.2.1. No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar OBRIGATORIAMENTE os seguintes documentos ORIGINAIS E CÓPIAS SIMPLES:

A) Documentos do Candidato (Titular):

Documento de identificação oficial com foto (RG, CNH ou RNE);

CPF (Cadastro de Pessoa Física);

Comprovante de inscrição no CadÚnico (Folha Resumo do CadÚnico, emitida há no máximo 30 dias);

Certidão de Nascimento ou Casamento (ou Certidão de União Estável, se for o caso);

Comprovante de residência atual em nome do candidato ou de membro do núcleo familiar (água, luz, telefone, contrato de aluguel), emitido há no máximo 90 dias;

Declaração de tempo de residência no município (Anexo II);

Declaração de Não Propriedade de Imóveis (Anexo III);

Declaração de Composição e Renda Familiar (Anexo IV);

Declaração de Não Participação em Outros Programas Habitacionais (Anexo V);

Declaração de Ciência e Concordância com as regras do programa (Anexo VI).

B) Documentos de Todos os Membros Maiores de 18 Anos do Núcleo Familiar:

Documento de identificação oficial com foto (RG ou CNH);

CPF (Cadastro de Pessoa Física);

Certidão de Nascimento ou Casamento;

Comprovante de renda (contracheques, declaração de autônomo, extratos bancários) ou Declaração de Renda (Anexo VII), se não houver renda formal.

C) Documentos dos Membros Menores de 18 Anos:

Certidão de Nascimento;

CPF (se possuir).

D) Documentação para Comprovação de Residência no Município:

Mínimo de 3 (três) comprovantes que demonstrem residência ininterrupta há pelo menos 2 anos, podendo ser:

Contas de água, luz, telefone em nome do candidato ou familiar;

Contratos de aluguel anteriores;

Declaração de vizinhos (mínimo 2);

Histórico escolar de filhos menores;

Comprovantes de atendimento em postos de saúde do município;

Declaração de trabalho com registro em CTPS;

Outros documentos que comprovem a residência.

E) Documentação Específica para Grupos Prioritários:

Para famílias com mulheres chefes de família:

Certidão de Nascimento dos filhos (se mãe solo);

Medida protetiva ou boletim de ocorrência (se vítima de violência doméstica)—OPCIONAL, mas confere pontuação adicional.

Para famílias com pessoa com deficiência, deve ser apresentado laudo médico atualizado (emitido há no máximo 12 meses) atestando:

Para TEA: Transtorno do Espectro Autista, conforme critérios do DSM-5 ou CID-11;

Para outras deficiências: deficiência física, sensorial, intelectual ou múltipla, nos termos da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

O laudo deve conter: CID, descrição da deficiência, assinatura e carimbo do médico com CRM.

Para famílias com idosos:

Documento de identidade comprovando idade igual ou superior a 60 anos;

O idoso deve ser o titular da inscrição.

4.2.2. Todos os documentos deverão ser apresentados em original e cópia simples. Os originais serão devolvidos após conferência.

4.2.3. A documentação incompleta ou apresentada fora do prazo acarretará a DESCLASSIFICAÇÃO AUTOMÁTICA do candidato.

4.2.4. Documentos rasurados, ilegíveis ou que apresentem indícios de adulteração serão desconsiderados.

4.2.5. É de exclusiva responsabilidade do candidato a veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

4.3. Do Preenchimento da Ficha de Inscrição:

4.3.1. No momento da inscrição, o candidato deverá preencher e assinar a Ficha de Inscrição (Anexo I), fornecendo informações completas e verdadeiras sobre:

dados pessoais do titular e do núcleo familiar;

endereço atual completo;

composição familiar detalhada;

renda familiar;

situação habitacional atual;

dados para pontuação.

4.3.2. O candidato receberá Protocolo de Inscrição contendo:

número de inscrição;

data e hora da inscrição;

lista de documentos apresentados;

informações sobre prazos e etapas seguintes.

4.3.3. Cada família poderá realizar apenas uma inscrição. Em caso de duplicidade, será considerada válida apenas a primeira inscrição realizada.

4.4. Disposições Gerais sobre as Inscrições:

4.4.1. A inscrição implica o conhecimento e aceitação tácita das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

4.4.2. Não serão aceitas inscrições por correio, e-mail, fax ou qualquer outro meio que não o presencial no local indicado.

4.4.3. O Município poderá realizar busca ativa de famílias em situação de vulnerabilidade através da área de Assistência Social, orientando-as sobre o processo de inscrição.

4.4.4. Informações incorretas, inverídicas ou a apresentação de documentos falsos ou adulterados implicarão na ELIMINAÇÃO AUTOMÁTICA do candidato, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

5. DA ANÁLISE E SELEÇÃO

5.1. Da Comissão de Análise e Seleção:

5.1.1. Será constituída Comissão Municipal de Análise e Seleção de Beneficiários, através de Portaria específica, composta por no mínimo 5 (cinco) membros titulares e respectivos suplentes, representantes de:

Conselho Municipal de Assistência Social;

Secretaria Municipal de Assistência Social;

Conselho Municipal de Habitação;

Área técnica Proteção Social Básica (Assistente Social e Psicólogo).

5.1.2. Compete à Comissão:

analisar a documentação apresentada pelos candidatos;

verificar o atendimento aos requisitos deste Edital;

realizar visitas domiciliares;

aplicar os critérios de pontuação;

elaborar a lista de classificação;

julgar recursos;

encaminhar relatórios ao gestor municipal.

5.1.3. Os membros da Comissão atuarão de forma isenta e imparcial, devendo declarar impedimento em caso de parentesco ou interesse direto.

5.2. Da Análise Documental:

5.2.1. A Comissão realizará análise documental de todas as inscrições entre os dias 26 de janeiro de 2026 e 27 de janeiro de 2026.

5.2.2. Serão verificados:

regularidade e autenticidade dos documentos;

atendimento aos requisitos obrigatórios;

informações prestadas na Ficha de Inscrição;

dados cadastrais junto ao CadÚnico;

existência de imóveis em nome dos membros da família;

participação anterior em programas habitacionais.

5.2.3. A Comissão poderá solicitar documentação complementar, concedendo prazo de 2 (dois) dias úteis para apresentação.

5.2.4. Os candidatos que não atenderem aos requisitos mínimos serão DESCLASSIFICADOS.

5.3. Da Visita Domiciliar:

5.3.1. Será realizada visita domiciliar por equipe técnica aos candidatos habilitados na

análise documental, no período de 28 de janeiro de 2026 a 30 de janeiro de 2026.

5.3.2. As visitas domiciliares serão realizadas junto aos candidatos classificados na Lista Principal (20 vagas) e na Lista de Reserva imediata (10 vagas), totalizando até 30 (trinta) famílias, não sendo obrigatória a visita dos demais candidatos habilitados, salvo quando houver necessidade técnica devidamente justificada pela Comissão de Seleção.

5.3.3. Objetivos da visita:

- confirmar a residência no endereço informado;
- verificar a composição familiar;
- avaliar as condições de moradia atual;
- constatar situações de vulnerabilidade social;
- validar informações prestadas.

5.3.4. A visita será agendada com antecedência mínima de 24 horas, devendo o candidato ou membro adulto da família estar presente.

5.3.5. Será elaborado Relatório de Visita Domiciliar (modelo da Comissão), assinado pela equipe técnica e pelo candidato.

5.3.6. A recusa ou ausência injustificada na data agendada (após 2 tentativas) acarretará DESCLASSIFICAÇÃO AUTOMÁTICA.

5.3.7. Constatação de informações divergentes ou falsas durante a visita resultará em ELIMINAÇÃO do candidato.

5.4. Dos Critérios de Pontuação:

5.4.1. Os candidatos habilitados serão pontuados de acordo com os critérios estabelecidos na Tabela de Pontuação (Item 5.5), que considera situações de maior vulnerabilidade social e habitacional.

5.4.2. A pontuação será aplicada pela Comissão com base nas informações prestadas, documentos apresentados e visita domiciliar.

5.4.3. Em caso de empate, serão aplicados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- Família com maior número de crianças e adolescentes (até 17 anos);
- Família com maior número de pessoas com deficiência;
- Família com maior número de idosos;
- Família com menor renda per capita;
- Família com maior tempo de residência no município;
- Candidato com maior idade;
- Sorteio público.

5.5. Tabela de Pontuação:

CRITÉRIO	SITUAÇÃO	PONTOS
1. RENDA FAMILIAR	Até R\$ 218,00 (extrema pobreza)	25
	De R\$ 218,01 a R\$ 759,00 (até meio S.M)	20
	De R\$ 759,01 a R\$ 1.518,00 (até 1 S.M)	15
	De R\$ 1.518,01 a R\$ 2.277,00 (até 1,5 S.M)	10
	De R\$ 2.277,01 a R\$ 2.850,00	5
2. CONDIÇÕES DE MORADIA ATUAL	Situação de rua ou abrigo	25
	Área de risco (enchente, deslizamento)	20
	Coabitação involuntária (mais de uma família no mesmo domicílio)	15
	Imóvel cedido/emprestado	12
	Locação/aluguel	10
	Ocupação irregular	8
3. COMPOSIÇÃO FAMILIAR	Imóvel próprio precário	5
	Família com 5 ou mais pessoas	15
	Família com 3 a 4 pessoas	10
	Família com 2 pessoas	5
4. PRESENÇA DE GRUPOS VULNERÁVEIS	Pessoa sozinha	3
	Mulher chefe de família	15
	Pessoa com deficiência no núcleo familiar	15
	Idoso (60 anos ou +) no núcleo familiar	10
	Criança com até 6 anos	10
	Gestante	8
5. CONDIÇÕES DE SAÚDE	Vítima de violência doméstica (comprovada)	10
	Membro com doença crônica grave (comprovada)	8
	Membro dependente de cuidados especiais	8
6. TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO	10 anos ou mais	10
	De 5 a 9 anos	7
	De 3 a 5 anos	5
7. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO	Filhos matriculados em escola municipal	5
	Participação em programas sociais municipais	5
8. SITUAÇÃO EMERGENCIAL	Despejo judicial iminente (comprovado)	15
	Demolição/interdição do imóvel atual	15
	Calamidade/desastre natural	15

5.5.1. A pontuação máxima possível é de aproximadamente 200 pontos, variando conforme a combinação de critérios aplicáveis a cada família.

5.5.2. Documentos comprobatórios específicos poderão ser solicitados para validação da pontuação.

5.5.3. Os critérios de pontuação são CUMULATIVOS ENTRE DIFERENTES QUESITOS, permitindo que o candidato some pontos de critérios distintos.

5.5.4. Regras de acumulação DENTRO de cada critério:

a) Critérios que pontuam apenas UMA situação (mesmo que a família se enquadre em várias):

Critérios 1, 3 e 6: A família se enquadra em apenas uma faixa.

Critério 2 (Condições de moradia): Pontua-se apenas pela situação de maior gravidade. Exemplo: família em área de risco (20 pontos) e ocupação irregular (8 pontos) recebe apenas 20 pontos.

Critério 8 (Situação emergencial): Pontua-se apenas pela situação de maior gravidade.

b) Critérios que permitem acumular pontos de todas as situações aplicáveis:

Critério 4 (Grupos vulneráveis): Pode acumular todos os pontos (mulher chefe + deficiência + idoso + criança + gestante + violência doméstica).

Critério 5 (Condições de saúde): Pode acumular quando há diferentes membros em condições especiais. Se o mesmo membro possui doença crônica E depende de cuidados, pontua-se apenas uma vez.

Critério 7 (Vínculo com município): Pode acumular as duas situações (escola + programas sociais).

5.5.5. Exemplo ilustrativo:

Família com: mulher chefe (15 pts), filho com deficiência (15 pts), criança de 4 anos (10 pts), renda per capita R\$ 280,00 (15 pts), moradia alugada em área de risco (20 pts – conta apenas o maior), 4 pessoas (10 pts), 8 anos no município (7 pts), filhos em escola municipal e Bolsa Família (10 pts) = 102 pontos totais.

5.6. Da Lista de Classificação Preliminar:

5.6.1. Após análise, visitas e pontuação, será elaborada Lista de Classificação Preliminar contendo:

- número de inscrição;
- nome completo do candidato;
- pontuação obtida;
- classificação geral;
- enquadramento (cota específica ou demanda geral).

5.6.2. A lista será dividida em:

Lista Principal: 20 (vinte) candidatos selecionados, respeitadas as cotas previstas neste Edital;

Lista de Reserva imediata: 10 (dez) candidatos subsequentes, em ordem de pontuação;

Cadastro complementar: os demais candidatos habilitados, em ordem de pontuação, sem caráter eliminatório.

5.6.3. A Lista Preliminar será publicada em 04 de fevereiro de 2026 através de:

- Diário Oficial do Município;
- Site oficial da Prefeitura: <https://www.saojoao.pr.gov.br/>;
- Mural da Prefeitura Municipal;
- Mural da Secretaria de Assistência Social.

6. DOS RECURSOS

6.1. Da publicação da Lista de Classificação Preliminar, caberá RECURSO ADMINISTRATIVO no prazo de 2 (dois) dias úteis.

6.2. O recurso deverá ser:

- protocolado pessoalmente na Secretaria de Assistência Social;
- dirigido à Comissão de Análise e Seleção;
- devidamente fundamentado e acompanhado de documentos comprobatórios, se for o caso;
- assinado pelo candidato ou procurador legalmente constituído.

6.3. Não serão aceitos recursos:

- fora do prazo estabelecido;
- enviados por e-mail, correio ou outros meios que não o presencial;
- sem fundamentação;
- de caráter genérico ou sem especificação dos pontos contestados.

6.4. A Comissão terá prazo de 2 (dois) dias úteis para análise e julgamento dos recursos, emitindo decisão fundamentada.

6.5. A decisão da Comissão será publicada nos mesmos meios da Lista Preliminar e terá caráter TERMINATIVO, não cabendo novo recurso na esfera administrativa.

6.6. Após julgamento dos recursos, será elaborada a Lista de Classificação Final.

7. DA LISTA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A Lista de Classificação Final será publicada em 10 de fevereiro de 2026 nos mesmos meios da Lista Preliminar.

7.2. A lista conterà:

- Lista Principal: 20 beneficiários selecionados, identificados por: número de inscrição;
- nome completo;
- pontuação final;
- classificação;
- enquadramento (se cota específica).

Lista de Reserva: demais candidatos habilitados, em ordem decrescente de pontuação, para substituição em caso de desistência ou inabilitação.

7.3. A Lista Final terá validade de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, a critério da Administração Municipal.

7.4. Os candidatos classificados na Lista Principal serão convocados para a próxima fase do processo.

8. DA CONVOCAÇÃO E HABILITAÇÃO FINAL

8.1. Da Convocação:

8.1.1. Os candidatos selecionados na Lista Final serão convocados através de: publicação oficial nos meios estabelecidos; correspondência com Aviso de Recebimento (AR); telefone (se informado); visita domiciliar pela equipe técnica.

8.1.2. A convocação indicará:

data, horário e local para comparecimento; documentação a ser apresentada; consequências da não apresentação.

8.1.3. O candidato convocado terá prazo de 5 (cinco) dias úteis para comparecer, sob pena de PERDA DA VAGA.

8.2. Da Habilitação Final:

8.2.1. Na data agendada, o candidato deverá:

confirmar todos os dados cadastrais; apresentar documentação atualizada (se solicitada); assinar Termo de Aceite e Compromisso (Anexo VIII); receber orientações sobre o Trabalho Social.

8.2.2. Serão realizadas novas verificações junto a:

CadÚnico (atualização de dados); Cartório de Registro de Imóveis (certidões atualizadas); Receita Federal (CPF, situação cadastral); Outros órgãos, conforme necessário.

8.2.3. Constatação de alteração nas condições que geraram a classificação ou identificação de informações falsas resultará em DESCLASSIFICAÇÃO.

8.3. Das Substituições:

8.3.1. Em caso de desistência, desclassificação ou não comparecimento de candidato da Lista Principal, será convocado o próximo da Lista de Reserva, respeitando-se as cotas quando aplicável.

8.3.2. A substituição seguirá rigorosamente a ordem de classificação.

9. DO TRABALHO SOCIAL

9.1. Os beneficiários selecionados deverão OBRIGATORIAMENTE participar das atividades do Trabalho Social, em conformidade com a Portaria MCID nº 75/2025.

9.2. O Trabalho Social compreende:

9.2.1. Fase Pré-Ocupação:

mobilização e comunicação social; formação de grupos representativos; orientações sobre direitos e deveres; preparação para a mudança; educação financeira; orientações sobre manutenção do imóvel.

9.2.2. Fase Pós-Ocupação (mínimo 6 meses):

acompanhamento das famílias; atividades socioeducativas; fortalecimento de vínculos comunitários; articulação com políticas públicas; sustentabilidade da intervenção.

9.3. A participação nas atividades do Trabalho Social é OBRIGATORIA, sendo a ausência injustificada passível de:

advertência formal; em caso de reincidência, rescisão do benefício conforme legislação aplicável.

9.4. Cronograma e calendário das atividades serão divulgados oportunamente pela equipe responsável.

9.5. O Trabalho Social será executado conforme Plano de Trabalho Social – PTS previamente aprovado pela Caixa Econômica Federal.

10. DA ASSINATURA DO CONTRATO E ENTREGA DAS UNIDADES

10.1. Concluída a habilitação final e iniciado o Trabalho Social, os beneficiários serão convocados para assinatura do contrato de cessão/concessão de uso ou outro instrumento jurídico adequado.

10.2. O contrato estabelecerá:

direitos e deveres do beneficiário; prazo de carência para alienação (mínimo 10 anos, conforme legislação); obrigação de residência permanente; vedação de locação, venda ou cessão; sanções pelo descumprimento; condições de reversão ao Município.

10.3. A entrega das chaves ocorrerá após:

conclusão da obra; vistoria técnica de recebimento; assinatura do contrato; vistoria conjunta do imóvel pelo beneficiário.

10.4. O beneficiário receberá:

manual do proprietário; termo de entrega de chaves; orientações sobre manutenção preventiva; contatos para assistência técnica (período de garantia).

10.5. O não comparecimento para assinatura do contrato ou recebimento das chaves, após 3 (três) convocações, implicará em DESISTÊNCIA TÁCITA e perda da vaga.

11. DAS OBRIGAÇÕES DOS BENEFICIÁRIOS

11.1. São obrigações dos beneficiários selecionados:

a) manter atualizados os dados cadastrais junto ao CadÚnico e ao Município; b) residir permanentemente no imóvel recebido como domicílio da família;

c) conservar o imóvel em boas condições de habitabilidade, realizando manutenções necessárias;

d) arcar com todas as despesas decorrentes do imóvel (água, luz, impostos, taxas);

e) cumprir as normas de convivência e regulamentos do condomínio/loteario;

f) participar das atividades do Trabalho Social;

g) comunicar ao Município qualquer alteração na composição familiar;

h) não transferir, vender, alugar, ceder ou permutar o imóvel pelo prazo estabelecido em contrato;

i) permitir visitas de fiscalização e acompanhamento pela equipe técnica municipal;

j) zelar pelo patrimônio público e áreas comuns.

11.2. O descumprimento das obrigações poderá acarretar:

advertência formal;

rescisão contratual;

reversão do imóvel ao Município;

responsabilização civil e criminal, se cabível.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A inscrição neste processo seletivo não gera direito adquirido ao recebimento de unidade habitacional, mas mera expectativa de direito.

12.2. A seleção está condicionada à efetiva disponibilidade das unidades e conclusão das obras.

12.3. A definição da unidade habitacional (lote, quadra e localização específica) destinada a cada beneficiário será realizada exclusivamente por meio de sorteio público, previamente divulgado nos canais oficiais do Município. O sorteio ocorrerá em ato público, na data da assinatura dos contratos ou na ocasião da entrega das unidades habitacionais, assegurando a transparência, a impessoalidade e a igualdade de condições entre os contemplados.

12.4. O Município reserva-se o direito de:

cancelar ou adiar o processo seletivo por razões de interesse público;

alterar cronograma, mediante publicação de aditamento ao Edital;

excluir candidatos que incorram em irregularidades;

solicitar documentação complementar.

12.4. Casos omissos ou situações excepcionais serão analisados pela Comissão de Seleção e, se necessário, submetidos ao Gestor Municipal.

12.6. As informações prestadas pelos candidatos têm caráter de declaração, sujeitando-se às penalidades legais em caso de falsidade.

12.7. A qualquer tempo, constatada irregularidade ou ilegalidade na concessão do benefício, este será cancelado, sem prejuízo de outras sanções.

12.8. O processo seletivo respeita rigorosamente a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), sendo os dados utilizados exclusivamente para finalidade do programa habitacional.

12.9. Para dúvidas ou informações adicionais:

Atendimento presencial: Avenida Paraná, nº 558, Centro, São João/PR

Telefone: (46) 99115-1202

E-mail: secassistenciasocial@saojoao.pr.gov.br

12.10. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

12.11. Integram este Edital os seguintes anexos:

Anexo I–Ficha de Inscrição

Anexo II–Declaração de Tempo de Residência

Anexo III–Declaração de Não Propriedade de Imóveis

Anexo IV–Declaração de Composição e Renda Familiar

Anexo V–Declaração de Não Participação em Outros Programas Habitacionais

Anexo VI–Declaração de Ciência e Concordância

Anexo VII–Declaração de Renda (Autônomo/Informal)

Anexo VIII–Termo de Aceite e Compromisso

13. CRONOGRAMA

ETAPA	PERÍODO/DATA
Publicação do Edital	12/01/2026
Período de Inscrições	15/01/2026 a 23/01/2026
Análise Documental	26/01/2026 a 27/01/2026
Realização de Visitas Domiciliares	28/01/2026 a 30/01/2026
Publicação da Lista Preliminar	04/02/2026
Prazo para Recursos	05/02/2026 a 09/02/2026
Julgamento dos Recursos	10/02/2026
Publicação da Lista Final	10/02/2026
Convocação dos Selecionados	A partir de 11/02/2026
Início do Trabalho Social	A partir de 01/03/2026

OBS: As datas poderão ser alteradas por razões de interesse público, mediante publicação de aditamento ao Edital.

São João/PR, 12 de janeiro de 2026.

JONI ZANELLA FERREIRA

Prefeito Municipal de São João/PR

ANDRIELI BORSATI

Secretária Municipal de Assistência Social

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO

DADOS DO CANDIDATO (TITULAR)

Nº DE INSCRIÇÃO: _____ (Preenchimento pela

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 13 de Janeiro de 2026

Ano XV – Edição Nº 3528

Página 13 / 024

Secretaria) DATA DA INSCRIÇÃO: ____/____/____

1. IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

Campo	Informação
Nome Completo	
CPF	
RG	Órgão Expedidor: _____ UF: ____
Data de Nascimento	____/____/____
Naturalidade	Cidade: _____ UF: _____
Estado Civil	() Solteiro(a) () Casado(a) () União Estável () Divorciado(a) () Viúvo(a)
Sexo	() Masculino () Feminino
Raça/Cor	() Branca () Preta () Parda () Amarela () Indígena

2. DOCUMENTAÇÃO

Documento	Possui?
Título de Eleitor	Nº: _____ Zona: _____ Seção: _____
Certidão de Nascimento/Casamento	
NIS (Cadastro Único)	Nº _____ Data de atualização: ____/____/____

3. CONTATO

Campo	Informação
Telefone Fixo	(____) _____
Celular	(____) _____
E-mail	

4. ENDEREÇO ATUAL

Campo	Informação
Logradouro	
Número / Complemento	
Bairro	
CEP	
Município/UF	São João/PR
Tempo de residência em São João	_____ anos _____ meses

5. SITUAÇÃO HABITACIONAL ATUAL

Tipo de moradia:

() Casa/apartamento próprio precário
() Casa/apartamento alugado – Valor: R\$ _____

() Casa/apartamento cedido/emprestado
() Coabitação (mais de uma família)
() Ocupação irregular
() Situação de rua/abrigo
() Área de risco
() Outro: _____

A moradia possui:

() Água encanada
() Energia elétrica
() Esgoto/fossa

() Coleta de lixo

COMPOSIÇÃO FAMILIAR

CANDIDATO (TITULAR) – Já preenchido acima

CÔNJUGE/COMPANHEIRO(A)

Campo	Informação
Nome Completo	
CPF	
RG	Órgão Expedidor: _____ UF: ____
Data de Nascimento	____/____/____
Ocupação/Profissão	
Renda Mensal	R\$ _____

DEMAIS MEMBROS DA FAMÍLIA

MEMBRO 1:

Nome: _____ Parentesco: _____

CPF: _____ RG: _____ Data _____ Nasc.: _____

Ocupação: _____ Renda: _____ R\$ _____

() Pessoa com deficiência – Tipo: _____

() Idoso (60 anos ou +)

() Gestante

MEMBRO 2:

Nome: _____ Parentesco: _____

CPF: _____ RG: _____ Data _____ Nasc.: _____

Ocupação: _____ Renda: _____ R\$ _____

() Pessoa com deficiência – Tipo: _____

() Idoso (60 anos ou +)

() Gestante

MEMBRO 3:

Nome: _____ Parentesco: _____

CPF: _____ RG: _____ Data _____ Nasc.: _____

Ocupação: _____ Renda: _____ R\$ _____

() Pessoa com deficiência – Tipo: _____

() Idoso (60 anos ou +)

() Gestante

MEMBRO 4:

Nome: _____ Parentesco: _____

CPF: _____ RG: _____ Data _____ Nasc.: _____

Ocupação: _____ Renda: _____ R\$ _____

() Pessoa com deficiência – Tipo: _____

() Idoso (60 anos ou +)

() Gestante

MEMBRO 5:

Nome: _____ Parentesco: _____

CPF: _____ RG: _____ Data _____ Nasc.: _____

Ocupação: _____ Renda: _____ R\$ _____

() Pessoa com deficiência – Tipo: _____

() Idoso (60 anos ou +)

() Gestante

(Incluir folhas adicionais se necessário)

TOTAL DE PESSOAS NO NÚCLEO FAMILIAR: _____

RENTA FAMILIAR MENSAL BRUTA TOTAL: R\$ _____

RENTA PER CAPITA: R\$ _____ (Renda

total ÷ nº de pessoas)

GRUPOS PRIORITÁRIOS

Marque se aplica:

() Mulher chefe de família
() Mãe solo (sem cônjuge/companheiro)
() Vítima de violência doméstica
() Família com pessoa com deficiência
() Família com idoso como titular
() Família com criança de até 6 anos
() Gestante na família
() Membro com doença crônica grave
() Despejo judicial iminente
() Demolição/interdição do imóvel atual

DECLARAÇÕES E COMPROMISSOS

Declaro para os devidos fins que:

() Todas as informações prestadas são verdadeiras;
() Estou ciente de que a omissão ou falsidade de informações implicará em desclassificação e responsabilização civil e criminal;

() Tenho conhecimento e aceito todas as condições estabelecidas no Edital nº 001/2025;

() Comprometo-me a residir no imóvel como domicílio permanente;

() Comprometo-me a não transferir, vender, alugar ou ceder o imóvel pelo prazo estabelecido em contrato;

() Comprometo-me a participar das atividades do Trabalho Social;

() Autorizo a verificação de todas as informações prestadas.

Local e Data: São João/PR, _____ de _____ de 20 _____.

Assinatura do Candidato (Titular)

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DA INSCRIÇÃO

(Preenchimento exclusivo pela Secretaria Municipal de Assistência Social)

DADOS DO PROTOCOLO

Nº DE INSCRIÇÃO	
DATA DE RECEBIMENTO	____/____/____
HORA DE RECEBIMENTO	____:____

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome Completo	
CPF	
Telefone/Celular	

DOCUMENTAÇÃO RECEBIDA

Marque com "X" os documentos apresentados:

A) Documentos do Candidato (Titular):

- ☐ Documento de identificação oficial com foto (RG, CNH ou RNE)
☐ CPF
☐ Comprovante de inscrição no CadÚnico (Folha Resumo)
☐ Certidão de Nascimento ou Casamento
☐ Comprovante de residência atual
☐ Declaração de tempo de residência no município (Anexo II)
☐ Declaração de Não Propriedade de Imóveis (Anexo III)
☐ Declaração de Composição e Renda Familiar (Anexo IV)
☐ Declaração de Não Participação em Outros Programas (Anexo V)
☐ Declaração de Ciência e Concordância (Anexo VI)

B) Documentos dos Membros Maiores do Núcleo Familiar:

- ☐ Documentos de identificação de todos os membros maiores de 18 anos
☐ CPFs de todos os membros maiores de 18 anos
☐ Comprovantes de renda ou Declaração de Renda (Anexo VII)

C) Documentos dos Membros Menores:

- ☐ Certidões de nascimento dos menores de 18 anos

D) Comprovantes de Residência no Município:

- ☐ Mínimo de 3 (três) comprovantes de residência há pelo menos 2 anos

E) Documentação Específica (se aplicável):

- ☐ Documentos de mulher chefe de família
☐ Laudo médico de pessoa com deficiência/TEA
☐ Documento de identidade de idoso (60+ anos)

INFORMAÇÕES IMPORTANTES AO CANDIDATO**PRÓXIMAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO:**

Análise Documental: 26/01/2026 a 27/01/2026

Visitas Domiciliares: 28/01/2026 a 30/01/2026 (somente aos classificados)

Lista Preliminar: 04/02/2026

Prazo para Recursos: 05/02/2026 a 09/02/2026

Lista Final: 10/01/2026

ATENÇÃO:

Guarde este protocolo em local seguro

Este documento é sua comprovação de inscrição

Acompanhe as publicações no site: www.saojoao.pr.gov.br

Dúvidas: (46) 9915-1202 ou secassistenciasocial@saojoao.pr.gov.br

IMPORTANTE: A inscrição NÃO garante a seleção. A classificação dependerá da análise documental, visita domiciliar e pontuação obtida conforme critérios do Edital.

OBSERVAÇÕES DA EQUIPE:**DECLARAÇÃO DO CANDIDATO:**

Declaro que recebi este protocolo e estou ciente das informações prestadas e das próximas etapas do processo seletivo.

Data: ____/____/____

Assinatura do Candidato

ATENDENTE RESPONSÁVEL:

Nome	
Matrícula	

Assinatura e Carimbo do Servidor Responsável

VIA DO CANDIDATO—Destaque e guarde este protocolo

ANEXO II**DECLARAÇÃO DE TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO**

Eu, _____, portador(a) da cédula de identidade civil (RG) nº _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____,

DECLARO, sob as penas da lei, para fins de participação no Edital de Chamamento Público nº 001/2025 do Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS Sub 50, que:

Resido de forma ININTERRUPTA no Município de São João, Estado do Paraná, há _____ (_____) anos e _____ (_____) meses, desde ____/____/____.

Meu endereço atual é:

Logradouro: _____

Número: _____ Complemento: _____

Bairro: _____

CEP: _____

Declaro que todas as informações prestadas são verdadeiras e estou ciente de que a falsidade desta declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da Lei, bem como implicará na minha imediata desclassificação do processo seletivo.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Local e Data: São João/PR, ____ de ____ de 20 ____.

Assinatura do Declarante

TESTEMUNHAS

TESTEMUNHA 1:

Nome: _____

CPF: _____ RG: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____

Assinatura: _____

TESTEMUNHA 2:

Nome: _____

CPF: _____ RG: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____

Assinatura: _____

ANEXO III**DECLARAÇÃO DE NÃO PROPRIEDADE DE IMÓVEIS**

Eu, _____,

portador(a) da cédula de identidade civil (RG) nº _____,

inscrito(a) no CPF sob nº _____, estado civil:

_____, profissão: _____, residente e domiciliado(a) na Rua/

Avenida _____,

DECLARO, sob as penas da lei, para fins de participação no Edital de Chamamento

Público nº 001/2025 do Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS Sub 50, que:

NÃO POSSUO, em meu nome, nem em nome de qualquer membro do meu núcleo familiar, qualquer imóvel (casa, apartamento, sala, loja, terreno, sítio, chácara ou qualquer outro bem imóvel), urbano ou rural, em qualquer localidade do território nacional.

Compõem meu núcleo familiar as seguintes pessoas:

Nome Completo	CPF	Parentesco

NÃO FUI BENEFICIADO(A), nem qualquer membro do meu núcleo familiar, por programas habitacionais de qualquer esfera governamental (federal, estadual ou municipal), nem por programas de regularização fundiária.

Declaro estar ciente de que:

Esta declaração tem caráter de documento oficial;

A falsidade desta declaração configura crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro (falsidade ideológica), punível com detenção de 1 a 5 anos e multa;

A apresentação de informações falsas implicará na minha imediata desclassificação do processo seletivo;

O Município realizará verificações junto aos Cartórios de Registro de Imóveis e outros órgãos competentes.

Comprometo-me a apresentar, se solicitado, Certidão Negativa de Imóveis de todas as comarcas onde já residi.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Local e Data: São João/PR, ____ de ____ de 20 ____.

Assinatura do Declarante

TESTEMUNHAS

TESTEMUNHA 1:

Nome: _____

CPF: _____ RG: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____

Assinatura: _____

TESTEMUNHA 2:

Nome: _____

CPF: _____ RG: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____

Assinatura: _____

ANEXO IV**DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO E RENDA FAMILIAR**

Eu, _____,

portador(a) da cédula de identidade civil (RG) nº _____,

inscrito(a) no CPF sob nº _____,

DECLARO, sob as penas da lei, para fins de participação no Edital de Chamamento Público nº 001/2025 do Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS Sub 50, que:

1. COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO FAMILIAR

Meu núcleo familiar é composto por _____ (_____) pessoas, conforme discriminado abaixo:

MEMBRO 1 (Titular):

Nome: _____

CPF: _____ RG: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Parentesco: Titular

Ocupação: _____

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 13 de Janeiro de 2026

Ano XV – Edição Nº 3528

Página 15 / 024

Renda Mensal Bruta: R\$ _____

MEMBRO 2:

Nome: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Parentesco: Titular

Ocupação: _____

Renda Mensal Bruta: R\$ _____

MEMBRO 3:

Nome: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Parentesco: Titular

Ocupação: _____

Renda Mensal Bruta: R\$ _____

MEMBRO 4:

Nome: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Parentesco: Titular

Ocupação: _____

Renda Mensal Bruta: R\$ _____

MEMBRO 5:

Nome: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Parentesco: Titular

Ocupação: _____

Renda Mensal Bruta: R\$ _____

(Incluir folhas adicionais se necessário)

2. RESUMO DA RENDA FAMILIAR

Descrição	Valor (R\$)
Renda de trabalho formal (CLT, estatutário)	
Renda de trabalho informal/autônomo	
Benefícios sociais (Bolsa Família, BPC, etc.)	
Aposentadoria/Pensão	
Outras rendas (especificar): _____	
RENDA FAMILIAR MENSAL BRUTA TOTAL	R\$ _____
Número de pessoas no núcleo familiar	
RENDA PER CAPITA (Total ÷ nº pessoas)	R\$ _____

3. DECLARAÇÕES

Declaro que:

- () Todas as informações acima são verdadeiras e correspondem à real situação socioeconômica da minha família;
- () A renda familiar mensal bruta total é de até R\$ 2.850,00 (dois mil e oitocentos e cinquenta reais);
- () Todos os membros do núcleo familiar estão cadastrados no Cadastro Único (CadÚnico);
- () Comprometo-me a comprovar a renda declarada, mediante apresentação de documentos, sempre que solicitado;
- () Estou ciente de que a falsidade desta declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro e implicará em desclassificação e responsabilização legal.

Local e Data: São João/PR, ____ de ____ de 20 ____.

Assinatura do Declarante

TESTEMUNHAS

TESTEMUNHA 1:

Nome: _____

CPF: _____ RG: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____

Assinatura: _____

TESTEMUNHA 2:

Nome: _____

CPF: _____ RG: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____

Assinatura: _____

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE NÃO PARTICIPAÇÃO EM OUTROS PROGRAMAS HABITACIONAIS

Eu, _____,

portador(a) da cédula de identidade civil (RG) nº _____,

inscrito(a) no CPF sob nº _____, estado civil:

_____, profissão: _____, residente e domiciliado(a) na Rua/

Avenida _____, DECLARO, sob as

penas da lei, para fins de participação no Edital de Chamamento Público nº 001/2025 do

Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS Sub 50, que:

NÃO FUI BENEFICIADO(A), nem qualquer membro do meu núcleo familiar, por programas

habitacionais de qualquer natureza, nas esferas federal, estadual ou municipal, incluindo

mas não se limitando a:

Programa Minha Casa Minha Vida (qualquer modalidade);

Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR);

Programas habitacionais estaduais;

Programas habitacionais municipais;

Programas de regularização fundiária com provisão de moradia;

Programas de subsídio habitacional;

Programas de lotes urbanizados.

NÃO POSSUO e NÃO POSSUO EM NOME DE MEMBROS DO NÚCLEO FAMILIAR

financiamento habitacional ativo em qualquer instituição financeira.

NÃO FUI EXCLUÍDO(A) de programas habitacionais anteriores por descumprimento de

normas ou obrigações contratuais.

Compõem meu núcleo familiar as seguintes pessoas:

Nome Completo	CPF	Parentesco
		Titular

Declaro estar ciente de que:

A falsidade desta declaração configura crime de falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal);

A omissão de informações sobre participação anterior em programas habitacionais implicará em desclassificação imediata;

O Município realizará verificações junto aos órgãos competentes;

A constatação de informações falsas resultará em responsabilização civil e criminal.

Comprometo-me a informar imediatamente ao Município caso venha a ser contemplado(a) em outro programa habitacional durante o processo seletivo.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Local e Data: São João/PR, ____ de ____ de 20 ____.

Assinatura do Declarante

TESTEMUNHAS

TESTEMUNHA 1:

Nome: _____

CPF: _____ RG: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____

Assinatura: _____

TESTEMUNHA 2:

Nome: _____

CPF: _____ RG: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____

Assinatura: _____

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA COM AS REGRAS DO PROGRAMA

Eu, _____,

portador(a) da cédula de identidade civil (RG) nº _____,

inscrito(a) no CPF sob nº _____,

candidato(a) ao Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS Sub 50, no âmbito do Edital

de Chamamento Público nº 001/2025, DECLARO que:

1. CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES DO EDITAL

() Tenho pleno conhecimento de todas as condições, requisitos, direitos e deveres

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 13 de Janeiro de 2026

Ano XV – Edição Nº 3528

Página 16 / 024

estabelecidos no Edital de Chamamento Público nº 001/2025 e seus anexos.

() Estou ciente de que a inscrição não gera direito adquirido, mas mera expectativa de direito ao recebimento de unidade habitacional.

() Compreendo que a seleção está condicionada à disponibilidade efetiva das unidades e à conclusão das obras.

2. COMPROMISSO DE RESIDÊNCIA PERMANENTE

() Comprometo-me a residir no imóvel a ser recebido como domicílio permanente da minha família.

() Estou ciente de que é VEDADA a transferência, venda, doação, locação, cessão, permuta ou qualquer outra forma de alienação do imóvel pelo prazo mínimo estabelecido em contrato (mínimo de 10 anos).

() Compreendo que o descumprimento desta obrigação poderá resultar em rescisão contratual e reversão do imóvel ao Município.

3. PARTICIPAÇÃO NO TRABALHO SOCIAL

() Comprometo-me a participar OBRIGATORIAMENTE das atividades do Trabalho Social, em todas as suas fases (pré-ocupação e pós-ocupação), conforme Portaria MCID nº 75/2025.

() Estou ciente de que a ausência injustificada nas atividades do Trabalho Social poderá acarretar advertência formal e, em caso de reincidência, rescisão do benefício.

() Compreendo que o Trabalho Social compreende atividades de mobilização, educação financeira, desenvolvimento socioeconômico, sustentabilidade ambiental e outras previstas no Projeto de Trabalho Social.

4. OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS

() Comprometo-me a arcar com todas as despesas decorrentes do imóvel, incluindo:

Contas de água, energia elétrica e gás;

IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano);

Taxas municipais;

Despesas condominiais (se aplicável);

Custos de manutenção do imóvel.

() Estou ciente de que a inadimplência com estas obrigações poderá resultar em sanções contratuais.

5. CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

() Comprometo-me a conservar o imóvel em boas condições de habitabilidade, realizando as manutenções necessárias.

() Estou ciente de que modificações estruturais no imóvel dependem de autorização prévia e que alterações não autorizadas podem resultar em penalidades.

6. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

() Autorizo e comprometo-me a permitir visitas de fiscalização e acompanhamento pela equipe técnica municipal, durante todo o período estabelecido em contrato.

() Comprometo-me a manter atualizados meus dados cadastrais junto ao CadÚnico e ao Município.

7. VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES

() Declaro que todas as informações prestadas no processo de inscrição são verdadeiras.

() Estou ciente de que a apresentação de documentos falsos ou informações inverídicas configura crime e implicará em:

Desclassificação imediata do processo seletivo;

Rescisão contratual (se já houver recebido o imóvel);

Reversão do imóvel ao patrimônio público;

Responsabilização civil e criminal.

8. ALTERAÇÕES NA COMPOSIÇÃO FAMILIAR

() Comprometo-me a comunicar ao Município, no prazo de 30 dias, qualquer alteração na composição do núcleo familiar (nascimentos, óbitos, separação, etc.).

9. CONDOMÍNIO (SE APLICÁVEL)

() No caso de edificações multifamiliares, comprometo-me a cumprir as normas de convivência e o regulamento do condomínio.

() Comprometo-me a participar das assembleias condominiais e a colaborar com a gestão do condomínio.

10. ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES

() Concordo integralmente com todas as condições estabelecidas neste documento e no Edital.

() Estou ciente de que o descumprimento de qualquer obrigação poderá resultar em rescisão contratual e perda do benefício.

() Declaro que não estou sob coação e que minha participação é voluntária e consciente. Por ser expressão da verdade e estar de pleno acordo, firmo a presente declaração.

Local e Data: São João/PR, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Declarante

TESTEMUNHAS

TESTEMUNHA 1:

Nome: _____

CPF: _____

RG: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____

Assinatura: _____

TESTEMUNHA 2:

Nome: _____

CPF: _____

RG: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____

Assinatura: _____

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE RENDA (AUTÔNOMO/INFORMAL)

Eu, _____

_____, portador(a) da cédula de identidade civil (RG) nº _____

_____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, estado civil: _____

_____, profissão: _____, residente e domiciliado(a) na Rua/

Avenida _____, DECLARO, sob as

penas da lei, para fins de comprovação de renda no Edital de Chamamento Público nº

001/2025, que:

1. ATIVIDADE PROFISSIONAL

Exerço a atividade de _____

de forma: () autônoma | () informal, sem vínculo empregatício formal.

Descrição _____ detalhada _____ da

atividade: _____

Tempo de exercício da atividade: _____ anos _____ meses

Local _____ onde _____ exerce _____ a

atividade: _____

2. RENDA MENSAL

Declaro que minha renda mensal BRUTA proveniente da atividade acima descrita é de

aproximadamente: R\$ _____ (_____

_____) por mês.

Esta renda é: () fixa | () variável

Observações _____ sobre _____ a

variação: _____

3. FORMA DE RECEBIMENTO

Recebo pelos serviços/produtos:

() Em dinheiro

() Depósito bancário

() PIX

() Cheque

() Outra forma: _____

4. DESPESAS DA ATIVIDADE

Gastos mensais com a atividade: R\$ _____

Principal despesa: _____

5. CLIENTES/COMPRADORES

Tipo de clientes:

() Pessoas físicas

() Estabelecimentos comerciais

() Ambos

() Outros: _____

6. DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

() Declaro que não possui vínculo empregatício formal (CLT) com nenhuma empresa

() Declaro que não recebo benefícios previdenciários (aposentadoria/pensão)

() Declaro que as informações sobre minha renda são verdadeiras e correspondem à realidade

() Estou ciente de que posso ser convocado(a) para apresentar comprovantes adicionais da atividade e renda declaradas

() Estou ciente de que a falsidade desta declaração configura crime e implicará em desclassificação e responsabilização legal

7. REFERÊNCIAS

REFERÊNCIA 1 (Cliente/Fornecedor/Pessoa que conheça a atividade):

Nome: _____

Telefone: (____) _____

Endereço: _____

REFERÊNCIA 2:

Nome: _____

Telefone: (____) _____

Endereço: _____

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Local e Data: São João/PR, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Declarante

TESTEMUNHAS

TESTEMUNHA 1:

Nome: _____

CPF: _____

RG: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____

Assinatura: _____

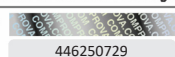
DIOEMS



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil. A Huner TI Colaborativa da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site.



Certificação Oficial de Tempo do Observatório Nacional - Ministério da Ciência e Tecnologia
Para consultar a autenticidade do carimbo do tempo, informe o código ao lado no site.



446250729

TESTEMUNHA 2:

Nome: _____
CPF: _____ RG: _____
Endereço: _____
Telefone: (____) _____
Assinatura: _____

OBSERVAÇÃO: Esta declaração pode ser complementada com documentos que comprovem a atividade, tais como: notas fiscais, recibos, extratos bancários com depósitos, cadastro de MEI (se houver), fotos da atividade, contratos informais, entre outros.

ANEXO VIII**TERMO DE ACEITE E COMPROMISSO**

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – FNHIS SUB 50 MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO/PR

Pelo presente instrumento particular de TERMO DE ACEITE E COMPROMISSO, de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.995.422/0001-06, com sede na Avenida XV de Novembro, 150, Centro, CEP 85.423-250, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, JONI ZANELLA FERREIRA, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado:

BENEFICIÁRIO(A):

Nome: _____

CPF: _____ RG: _____

Estado Civil: _____ Profissão: _____

Endereço Atual: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

NIS (CadÚnico): _____

Doravante denominado(a) BENEFICIÁRIO(A), têm entre si justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto formalizar o ACEITE do(a) BENEFICIÁRIO(A) como contemplado(a) no Edital de Chamamento Público nº 001/2025 para recebimento de unidade habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS Sub 50.

1.2. A unidade habitacional será destinada exclusivamente para moradia permanente do(a) BENEFICIÁRIO(A) e de seu núcleo familiar.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA UNIDADE HABITACIONAL

2.1. O(A) BENEFICIÁRIO(A) declara estar ciente das características da unidade habitacional que receberá, conforme projeto aprovado:

Área construída aproximada: _____ m²

Composição: _____ quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço

Localização: _____

Número da unidade/lote: _____

2.2. O(A) BENEFICIÁRIO(A) compromete-se a realizar vistoria prévia do imóvel antes da assinatura do contrato definitivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO COMPROMISSO DE RESIDÊNCIA

3.1. O(A) BENEFICIÁRIO(A) compromete-se a RESIDIR PERMANENTEMENTE no imóvel, juntamente com seu núcleo familiar, utilizando-o exclusivamente como domicílio.

3.2. É EXPRESSAMENTE VEDADO, pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos:

- a) Transferir o imóvel a terceiros, a qualquer título;
- b) Vender, doar, permutar ou ceder o imóvel;
- c) Alugar ou emprestar o imóvel;
- d) Utilizar o imóvel para fins comerciais sem autorização;
- e) Abandonar o imóvel.

3.3. O descumprimento desta cláusula implicará em rescisão imediata do benefício e reversão do imóvel ao patrimônio do Município.

CLÁUSULA QUARTA – DA PARTICIPAÇÃO NO TRABALHO SOCIAL

4.1. O(A) BENEFICIÁRIO(A) compromete-se a participar OBRIGATORIAMENTE de todas as atividades do Trabalho Social, em conformidade com a Portaria MCID nº 75/2025, incluindo:

Fase Pré-Ocupação:

- Reuniões de mobilização e orientação;
- Atividades de preparação para a mudança;
- Educação financeira;
- Orientações sobre manutenção do imóvel.

Fase Pós-Ocupação:

- Reuniões de acompanhamento;
- Atividades de integração comunitária;
- Oficinas de geração de renda e sustentabilidade;
- Ações de fortalecimento da convivência social;

Local e Data: São João/PR, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Beneficiário(a)

Assinatura do Representante do Município

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026

PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO AO DESLOCAMENTO DE ESTUDANTES MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO–ESTADO DO PARANÁ

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.995.422/0001-06, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 150, Centro, CEP: 85.570-000, em São João, Estado do Paraná, representado pelo Prefeito Municipal, Joni Zanella Ferreira, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar CHAMAMENTO PÚBLICO para seleção de estudantes beneficiários do Programa Municipal de Apoio ao Deslocamento de Estudantes para o Ensino Superior e Cursos Técnicos Profissionalizantes, instituído pela Lei Municipal nº 2.132/2025. Este edital visa regulamentar o processo de inscrição e seleção para concessão de apoio financeiro ou transporte gratuito para deslocamento até instituições de ensino presenciais reconhecidas pelo MEC, sediadas em outros municípios

Lei Municipal nº 2.132, de 23 de dezembro de 2025, que institui o Programa Municipal de Apoio ao Deslocamento de Estudantes;

Lei Federal nº 8.742/1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que dispõe sobre a organização da Assistência Social;

Lei Federal nº 12.852/2013, Estatuto da Juventude;

Lei Federal nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

Constituição Federal de 1988;

Demais legislações Municipal aplicáveis.

1. DO OBJETO

1.1. O presente edital tem por objeto selecionar estudantes residentes em São João/PR para receberem apoio ao deslocamento até instituições de ensino superior ou cursos técnicos profissionalizantes presenciais, localizadas em outros municípios, de acordo com a Lei Municipal nº 2.132/2025. O programa visa promover igualdade de acesso à educação e reduzir desigualdades sociais.

1.2. O programa poderá ser executado de duas maneiras, conforme disponibilidade orçamentária:

1.2.1 Repasse financeiro direto ao estudante beneficiário, pago mensalmente em 11 (onze) parcelas anuais.

1.2.2 Oferta de transporte público gratuito, mediante utilização de ônibus próprios do município ou transporte terceirizado licitado.

1.3. No ano de 2026 a modalidade adotada será o repasse financeiro direto ao estudante beneficiário.

1.4. Para a modalidade de repasse financeiro, os valores mensais serão definidos conforme a distância entre São João e o município da instituição de ensino:

Faixa de distância	Valor mensal (R\$)
Até 45 km	260,00
De 45 km a 120 km	520,00
Acima de 120 km*	580,00
*Somente mediante autorização expressa do gestor do programa	

1.5. Os valores poderão ser reajustados anualmente por decreto, considerando estudo técnico e disponibilidade orçamentária.

2. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Chamamento Público os estudantes que atenderem cumulativamente às seguintes exigências:

2.1.1. Requisitos Obrigatórios:

Residência: residir no Município de São João/PR e comprovar domicílio.

Matrícula: estar matriculado em curso presencial de primeira graduação ou curso técnico de nível médio reconhecido pelo MEC.

Distância: frequentar instituição localizada em até 120 km de São João; deslocamentos superiores somente quando justificados em regulamento.

Comprovação de matrícula e frequência: apresentar declaração de matrícula e frequência mínima semestral.

Termo de Compromisso: assinar Termo de Compromisso semestral junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Não possuir curso concluído: não possuir curso superior ou técnico equivalente concluído, salvo exceções justificadas.

Limite de utilização: respeitar o limite máximo de 5 (cinco) anos de utilização do benefício, contínuos ou intercalados.

Uso exclusivo: utilizar o benefício exclusivamente para deslocamento à instituição de ensino, mantendo a frequência mínima estabelecida.

2.2. Documentação necessária:

2.2.1. No ato da inscrição, o estudante deverá apresentar originais e cópias simples dos documentos listados no Anexo I deste edital, incluindo:

Documento de identidade oficial com foto (RG, CNH ou equivalente);

CPF;

Comprovante de residência atualizado;

Declaração de matrícula e frequência emitida pela instituição de ensino;

Termo de Compromisso preenchido e assinado (Anexo II);

Declaração de não conclusão de curso superior/técnico (Anexo III);

Comprovante de conta bancária em nome do estudante (quando a modalidade for auxílio financeiro);

Comprovante de inscrição no CadÚnico ou em programas sociais, se houver.

2.3. Isenção de contrapartida

2.3.1. Estudantes inscritos no CadÚnico ou beneficiários de programas oficiais de

Cod458881

transferência de renda ficarão isentos da contrapartida social, quando comprovadamente impossibilitados de realizar doação de sangue ou serviço comunitário gratuito.

3. DOS IMPEDIMENTOS

3.1. Não poderão participar deste processo seletivo:

Estudantes que não cumpram os requisitos estabelecidos no item 2 deste edital;
Estudantes que tenham concluído curso superior ou técnico equivalente, sem justificativa aceita pela Administração;
Estudantes que tenham sido desligados do programa em anos anteriores por fraude ou má conduta, pelo prazo de dois anos letivos;
Estudantes que prestarem informações falsas ou apresentarem documentos inidôneos em qualquer fase;
Estudantes que utilizem o benefício para finalidades diversas das previstas ou que não mantenham frequência regular.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. Do Período e Local de Inscrição:

4.1.1. As inscrições deverão ser realizadas presencialmente de 15/01/2026 a 05/02/2026, de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h.

4.1.2. Local de inscrição:

Secretaria Municipal de Assistência Social

Endereço: Avenida Paraná, 157, Centro, São João/PR

Telefone: (46) 99115-1202

E-mail: secassistenciasocial@saojoao.pr.gov.br

4.1.3. As inscrições serão realizadas presencialmente pelo candidato, responsável legal quando menor de 18 anos, ou por procurador legalmente constituído, mediante apresentação de procuração pública ou particular com firma reconhecida e documento de identidade do procurador.

4.2. Da Documentação para Inscrição:

4.2.1. O estudante ou seu representante legal deverá apresentar a documentação listada no item 2.2 e preencher o Formulário de Inscrição (Anexo I), declarando que as informações prestadas são verdadeiras. Documentação incompleta ou apresentação fora do prazo implicará desclassificação automática.

4.3. Do preenchimento do formulário:

4.3.1. No ato da inscrição, o candidato deverá preencher e assinar a Ficha de Inscrição (Anexo I), fornecendo dados pessoais, endereço, curso, instituição de ensino, distância, modalidade de contrapartida escolhida e informações bancárias (quando houver). Será emitido Protocolo de Inscrição contendo número, data e hora da inscrição e relação de documentos apresentados.

4.4. Disposições gerais sobre as inscrições:

Cada estudante poderá realizar apenas uma inscrição por semestre. Em caso de duplicidade, prevalecerá a primeira inscrição.

Informações incorretas ou inverídicas, bem como documentos rasurados ou ilegíveis, implicarão desclassificação.

O Município poderá realizar busca ativa de estudantes em situação de vulnerabilidade, orientando-os sobre o processo de inscrição.

É de responsabilidade exclusiva do candidato a veracidade dos dados e a atualização cadastral, inclusive quando houver alteração de endereço ou de instituição de ensino.

5. Da Comissão de Seleção

5.1. Da Comissão de Análise e Seleção:

5.1.1. Será constituída Comissão Municipal de Análise e Seleção de Beneficiários, através de Portaria específica, composta por no mínimo 3 (três) membros titulares e respectivos suplentes, representantes de:

Conselho Municipal de Assistência Social;

Secretaria Municipal de Assistência Social;

Área técnica Proteção Social Básica (Assistente Social e/ou Psicólogo).

5.2. Da análise documental:

5.3.1. A Comissão verificará se o estudante preenche os requisitos e apresentará documentação completa. Poderá ser solicitada documentação complementar, concedendo-se prazo de 2 (dois) dias úteis para apresentação.

5.3. Da classificação e deferimento:

5.3.1. Caso o número de inscrições deferidas seja superior à disponibilidade orçamentária, a Comissão poderá classificar os candidatos conforme critérios de vulnerabilidade socioeconômica definidos em normativa da Secretaria Municipal de Assistência Social. A classificação considerará, entre outros fatores, renda familiar per capita, distância da instituição de ensino e ordem de inscrição. Os critérios e a pontuação serão divulgados em edital complementar.

5.3.2. A Comissão realizará análise documental de todas as inscrições entre os dias 06 de fevereiro de 2026 e 09 de fevereiro de 2026.

5.3.1. Serão verificados:

regularidade e autenticidade dos documentos;

atendimento aos requisitos obrigatórios;

informações prestadas na Ficha de Inscrição;

6. DA CONTRAPARTIDA SOCIAL

6.1. Modalidades de contrapartida:

6.1.1. Como contrapartida social pela participação no programa, cada estudante deverá, a cada semestre, optar por uma das seguintes modalidades e comprovar seu cumprimento no momento do cadastramento:

Doação de sangue: realizar uma doação de sangue ao hemocentro regional responsável pelo atendimento do Município de São João;

Doação de ração para cães ou gatos: entregar 25 kg de ração destinados ao Projeto SOS Animais ou entidade equivalente reconhecida pelo Município;

Serviço comunitário: cumprir 4 (quatro) horas de serviço comunitário vinculado a campanhas, programas ou eventos de interesse público municipal, conforme definição da

Secretaria Municipal de Assistência Social.

6.2. Penalidades por descumprimento:

6.2.1. O descumprimento da contrapartida ou a prestação de informações falsas implicará desligamento do programa e pagamento de contribuição compensatória no valor de 5 (cinco) UFs ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA), sem prejuízo de outras sanções administrativas e legais.

7. DO RESULTADO, DA PUBLICAÇÃO E DOS RECURSOS

7.1. Resultado preliminar: a lista de estudantes deferidos e indeferidos será divulgada no mural da Secretaria Municipal de Assistência Social e no site oficial e diário oficial do Município de São João (www.saojoao.pr.gov.br).

7.2. Recurso: o candidato indeferido poderá apresentar recurso escrito no prazo de 2 (dois) dias úteis, dirigido à Comissão de Seleção, que julgará e publicará a decisão final.

7.3. Lista final: após o julgamento dos recursos, será divulgada a lista final de beneficiários.

8. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

8.1. Dos beneficiários:

Utilizar o benefício exclusivamente para deslocamento à instituição de ensino e manter frequência regular;

Cumprir a contrapartida social escolhida a cada semestre;

Respeitar o limite máximo de 5 (cinco) anos de recebimento do benefício;

Comunicar imediatamente qualquer alteração de endereço, curso, instituição de ensino ou conta bancária;

Assinar Termo de Compromisso semestral e apresentar documentação necessária para renovação.

8.2. Do Município:

8.2.1. Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social:

Gerenciar inscrições, cadastros e comprovações de frequência;

Organizar rotas e efetuar pagamentos;

Fiscalizar o cumprimento da contrapartida social;

Encaminhar ao FIA os valores compensatórios resultantes de penalidades;

Elaborar relatório semestral contendo beneficiários, critérios utilizados, valores pagos, rotas autorizadas e informações de fiscalização.

9. DAS PENALIDADES

9.1. Constituem hipóteses de suspensão ou cancelamento do benefício:

Trancamento, desistência ou conclusão do curso;

Fraude, falsidade documental ou prestação de informação falsa;

Descumprimento da contrapartida social no prazo determinado;

Má conduta no transporte ou em atos ligados ao programa;

Não comprovação do efetivo uso do benefício ou falta de frequência regular

9.2. O desligamento será precedido de procedimento administrativo, assegurando contraditório e ampla defesa. Estudantes desligados por fraude ou má conduta permanecerão impedidos de reingresso no programa por 2 (dois) anos letivos.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As despesas decorrentes deste chamamento correrão por dotações próprias da Assistência Social, podendo o Executivo firmar convênios e adotar outras fontes não vinculadas à educação básica;

O Poder Executivo Municipal regulamentará o programa por meio de decreto ou edital, no que couber, expedindo normas complementares necessárias à sua execução;

Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social;

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

São João/PR, 12 de janeiro de 2026.

JONI ZANELLA FERREIRA

Prefeito Municipal de São João/PR

ANDRIELI BORSATI

Secretária Municipal de Assistência Social

Cod458882

Contrato 002/2026

Contratante: Município de São João/PR. Contratada: SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA–CNPJ 06.224.121/0002-84. Objeto: Aquisição 02 (duas) unidades de rolos compactadores, modelo New Holland V110PD, novos (zero hora), destinados à Secretaria Municipal de Viação e Obras do Município de São João/PR. Valor: R\$ 1.098.000,00Fundamento Legal: Lei 14.133/21. Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 002/2026–Adesão à Ata de Registro de Preços nº 07/2025 do Consórcio Público do Extremo Sul. Data da assinatura: 12 de janeiro de 2026.

Errata: Na publicação do dia 12 de janeiro de 2026, na publicação do extrato da Inexigibilidade de Licitação nº 002/2026, onde se lê: “Shark Máquinas para Construção Ltda, CNPJ nº 06.224.121/0004-46”, retifica-se para “Shark Máquinas para Construção Ltda, CNPJ nº 06.224.121/0002-84”.

Cod458876

Contrato 002/2026

Contratante: Município de São João/PR. Contratada: SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA–CNPJ 06.224.121/0002-84. Objeto: Aquisição 02 (duas) unidades de rolos compactadores, modelo New Holland V110PD, novos (zero hora), destinados à Secretaria Municipal de Viação e Obras do Município de São João/PR. Valor: R\$ 1.098.000,00Fundamento Legal: Lei 14.133/21. Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 002/2026–Adesão à Ata de Registro de Preços nº 07/2025 do Consórcio Público do Extremo Sul. Data da assinatura: 12 de janeiro de 2026.

Errata: Na publicação do dia 12 de janeiro de 2026, na publicação do extrato da Inexigibilidade de Licitação nº 002/2026, onde se lê: “Shark Máquinas para Construção Ltda, CNPJ nº 06.224.121/0004-46”, retifica-se para “Shark Máquinas para Construção Ltda, CNPJ nº 06.224.121/0002-84”.

Cod458880

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERÊ

DECRETO Nº 009/2026

Data 12/01/2026

Súmula. Designa Servidora Suziane Cristina Bettiole de Oliveira para a função de Secretária Interina de Agricultura e Desenvolvimento Rural e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VERÊ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR PAULO ROBERTO WEISSHEIMER, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

DECRETA

Art. 1º Designa a servidora municipal, Suziane Cristina Bettiole de Oliveira, matrícula nº 5321, para, sem prejuízo de suas atribuições e remuneração, desempenhar a função de Secretária Interina de Agricultura e Desenvolvimento Rural, no período de 12 de janeiro de 2026 a 26 de janeiro de 2026 em razão da fruição do período de férias do secretário Robson Biz.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Verê/PR, em 12 de janeiro de 2026.

PAULO ROBERTO WEISSHEIMER,

Prefeito Municipal.

Cod458866

DECRETO Nº 010/2026

Data 12/01/2026

Súmula. Exonera a Servidora JOANNY KAMILLA DE OLIVEIRA do cargo de Assessor de Secretaria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VERÊ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR PAULO ROBERTO WEISSHEIMER, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

DECRETA:

Art. 1º Fica EXONERADA a servidora JOANNY KAMILLA DE OLIVEIRA, matrícula nº 127532, ocupante do cargo de Assessor de Secretaria.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Verê/PR, 12 de janeiro de 2026.

PAULO ROBERTO WEISSHEIMER,

Prefeito Municipal.

Cod458867

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2026 – PMVERE

MODALIDADE: Pregão Eletrônico do tipo Menor Preço Por item.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na área de assessoria de comunicação para auxiliar na divulgação dos trabalhos prestados pela Prefeitura Municipal de Verê.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 29/01/2026; 08:30h (horário de Brasília).

UASG: 987945–PREFEITURA MUNICIPAL DE VERÊ

LOCAL: <http://www.gov.br/compras/pt-br>.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: O Edital se encontra disponível para download no site: www.verre.pr.gov.br. Esclarecimentos através do e-mail: licitacao@verre.pr.gov.br ou telefone (46) 3535 8000.

Verê-PR, 12 de janeiro de 2026.

ELLEN BURILLE DE OLIVEIRA

Pregoeira

Município de Verê–PR

Cod458833

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2026 – PMVERE

MODALIDADE: Pregão Eletrônico do tipo Menor Preço Por item.

OBJETO: Aquisição de materiais hospitalares destinados ao atendimento de paciente específico, conforme prescrição médica, visando assegurar a continuidade do tratamento de saúde, a assistência adequada e a preservação da vida e do bem-estar do paciente.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 28/01/2026; 08:30h (horário de Brasília).

UASG: 987945–PREFEITURA MUNICIPAL DE VERÊ

LOCAL: www.bll.org.br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: O Edital se encontra disponível para download no site: www.verre.pr.gov.br. Esclarecimentos através do e-mail: licitacao@verre.pr.gov.br ou telefone (46) 3535 8000.

Verê-PR, 12 de janeiro de 2026.

ELLEN BURILLE DE OLIVEIRA

Pregoeiro(a)

Município de Verê–PR

Cod458849

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2026 – PMVERE

MODALIDADE: Pregão Eletrônico do tipo Menor Preço Por item.

OBJETO: Aquisição de materiais hospitalares destinados ao atendimento de paciente específico, conforme prescrição médica, visando assegurar a continuidade do tratamento de saúde, a assistência adequada e a preservação da vida e do bem-estar do paciente.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 28/01/2026; 08:30h (horário de Brasília).

UASG: 987945–PREFEITURA MUNICIPAL DE VERÊ

LOCAL: www.bll.org.br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: O Edital se encontra disponível para download no site: www.verre.pr.gov.br. Esclarecimentos através do e-mail: licitacao@verre.pr.gov.br ou telefone (46) 3535 8000.

Verê-PR, 12 de janeiro de 2026.

ELLEN BURILLE DE OLIVEIRA

Pregoeiro(a)

Município de Verê–PR

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2026 – PMVERE

MODALIDADE: Pregão Eletrônico do tipo Menor Preço Por lote.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de topografia, compreendendo levantamento topográfico e georreferenciado de áreas rurais e urbanas do Município, incluindo georreferenciamento conforme normas do INCRA por profissional credenciado; levantamento planialtimétrico cadastral georreferenciado; levantamento de áreas com fornecimento de imagens em formatos digitais compatíveis (TIFF, KMZ e DWG); elaboração de memoriais descritivos; demarcação de lotes urbanos e rurais com piquetes e estacas, conforme confrontações e divisas existentes; fornecimento de todos os equipamentos técnicos necessários; deslocamento e mobilização da equipe; e emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), conforme especificações constantes no Termo de Referência.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 29/01/2026; 08:30h (horário de Brasília).

UASG: 987945–PREFEITURA MUNICIPAL DE VERÊ

LOCAL: www.bll.org.br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: O Edital se encontra disponível para download no site: www.verre.pr.gov.br. Esclarecimentos através do e-mail: licitacao@verre.pr.gov.br ou telefone (46) 3535 8000.

Verê-PR, 12 de janeiro de 2026.

ELLEN BURILLE DE OLIVEIRA

Pregoeiro(a)

Município de Verê–PR

Cod458875

EXTRATO DE RESCISÃO

ESPÉCIE: TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL ao Contrato de Trabalho Temporário, a pedido da contratada.

CONTRATANTE: Município de Verê/PR;

CONTRATADO: ELIZANGELA CLEIN MOREIRA;

OBJETO: Rescisão do contrato a partir de 09 de janeiro de 2026.

VERÊ, em 09 de janeiro de 2026.

PAULO ROBERTO WEISSHEIMER,

Prefeito Municipal.

Cod458829

O Prefeito do Município de Verê, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 14.133/2021 e legislação complementar, tornam público extrato de 1º Termo Aditivo de Contrato:

PARTES: Município de Verê–PR e a empresa PAVIMAR CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

ESPÉCIE: Contrato nº 189/2025 – Pregão Eletrônico Nº 37/2025.

OBJETO: Aquisição de massa asfáltica em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), massa asfáltica usinada a quente para aplicação a frio e emulsão asfáltica.

ADITIVO DE META: O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 15.350,00 (Quinze Mil, Trezentos e Cinqüenta Reais).

DATA DA ASSINATURA: 12 de janeiro de 2026.

FORO: Comarca de Dois Vizinhos–PR.

Paulo Roberto Weissheimer – Prefeito Municipal

Cod458861

CÂMARA MUNICIPAL DE VERÊ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2026

A Sra Sueli Terezinha Cecagno Stanguerlim Presidente da Câmara Municipal de Verê, Estado do Paraná, com sede à Rua: Pioneiro Antônio Fabiane 474, inscrito no CNPJ/MF sob nº 00.994.916/0001-04, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei,

CONVOCA:

VEREADORES(a) COM ASSENTO NESTA CASA PARA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE DIA 14 DE JANEIRO DE 2026, AS 8:00 HORAS NO PLENÁRIO DA CÂMARA

Assunto:

PROJETO DE LEI :

001/2026: Altera dispositivo da Lei Municipal nº 197/2017 e dá outras providências.
002/2026: Cria a Secretaria Municipal de Engenharia e Obras, dentro da Estrutura Administrativa da Lei Municipal nº 677/2014 de 26 de março de 2014 e dá outras providências.
003/2026: Cria a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico, dentro da Estrutura Administrativa da Lei Municipal nº 677/2014 de 26 de março de 2014 e dá outras providências.
004/2026: Altera o inciso I do artigo 4º da Lei 764/2025 e dá outras providências.
005/2026: Autoriza e regulamenta a extração de cascalho de cascalheiras em áreas privadas pelo Município de Verê, e dá outras providências.
006/2026: Denomina a estrada vicinal que liga o Bairro São Joaquim a Comunidade de Alto Alegre, do Município de VERÊ-PR e dá outras providências.

Verê 12 de Janeiro de 2026

SUELI T. C.STANGUERLIM

PRESIDENTE

Cod458840

ARSS

RESOLUÇÃO Nº 001/2026 DATA 06/01/2026

SÚMULA: Abre crédito adicional decorrente de superávit financeiro apurado no exercício de 2025 no orçamento vigente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD) e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SUDOESTE (CONSUD), NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E REGIMENTAIS, ESPECIALMENTE AS CONFERIDAS PELO ESTATUTO DO CONSUD,

Considerando o disposto no Art. 22 da Resolução nº 103/2025, que aprova o Plano de Ações Conjuntas de Interesse Comum – PLACIC, instrumento que consolida o planejamento anual das contratações do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD), conforme deliberação da Assembleia Geral realizada em 05 de dezembro de 2025.

Promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SUDOESTE (CONSUD), crédito adicional decorrente de superávit financeiro, no valor de R\$ 13.774.285,00 (treze milhões, setecentos e setenta e quatro mil, duzentos e oitenta e cinco reais), a ser alocado nas seguintes dotações orçamentárias de despesa, conforme discriminação a seguir:

DESPESAS			
CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO	VALORES
01.000 – ADMINISTRAÇÃO GERAL			
3.3.90.39	1	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R\$ 1.136.838,49
TOTAL ADMINISTRAÇÃO GERAL			R\$ 1.136.838,49
02.000 – SERVIÇO DE SAÚDE			
02.001 – AMBULATÓRIO MÉDICO ESPECIALIZADO-AME			
3.3.90.39	1	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R\$ 2.000.675,86
3.3.90.39	494	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R\$ 869.162,67
SUBTOTAL			R\$ 2.869.838,53
02.003 – MODELO DE ATENÇÃO AS CONDIÇÕES CRONICAS-MACC			
3.3.90.39	337	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R\$ 1.212.548,22
TOTAL SERVIÇO DE SAÚDE			R\$ 4.082.386,75
03.000 – SAÚDE MENTAL			
03.002 – CAPS ADIII			
3.3.90.39	324	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R\$ 1.071.600,43
TOTAL SAÚDE MENTAL			R\$ 1.071.600,43

04.000 – SERVIÇOS DE SAÚDE EXTERNOS			
04.003 – COMPRA COMPARTILHADA			
3.3.90.30	1	Material de Consumo	R\$ 63.567,14
04.006 – EXTRA COTA			
3.3.90.39	1	Serviços Médicos	R\$ 7.411.691,52
04.037 – HOSPITAL GERAL INTERMUNICIPAL			
3.3.90.39	1	Serviços Médicos	R\$ 8.200,67
TOTAL SERVIÇOS DE SAÚDE EXTERNOS			R\$ 7.483.459,33
TOTAL DAS DESPESAS			R\$ 13.774.285,00

Art. 2º Para a cobertura do presente crédito adicional, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício de 2025, conforme especificação a seguir:

DESPESAS POR FONTES DE RECURSO		
FONTE	DESCRIÇÃO	VALORES
1	Contribuições dos Municípios Consorciados	R\$ 10.620.973,68
324	Incentivo Financeiro de Custeio – CAPS AD III	R\$ 1.071.600,43
337	Convenio QUALICIS	R\$ 1.212.548,22
494	Fatura SIASUS	R\$ 869.162,67
TOTAL		R\$ 13.774.285,00

DESPESAS POR SETORES	
DESCRIÇÃO	VALORES
01. Administração Geral	R\$ 1.136.838,49
02. Serviço de Saúde	R\$ 4.082.386,75
03. Saúde Mental	R\$ 1.071.600,43
04. Serviços de Saúde Externos	R\$ 7.483.459,33
05. Reserva de Contingência	R\$ -
TOTAL	R\$ 13.774.285,00

Art. 3º Dê-se ciência aos setores responsáveis para que procedam à divulgação interna e aos devidos registros.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor a partir de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste, 06 de janeiro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 002/2026 DATA 06/01/2026

SÚMULA: Estabelece as metas bimestrais de arrecadação tributária e própria do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD) para o exercício financeiro de 2025, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SUDOESTE (CONSUD), NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E REGIMENTAIS, ESPECIALMENTE AS CONFERIDAS PELO ESTATUTO DO CONSUD,

Considerando que a Assembleia Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD), em reunião realizada em 05 de dezembro de 2025, aprovou o Plano de Ações Conjuntas de Interesse Comum – PLACIC, instrumento que organiza, prioriza e orienta a execução das ações, programas e contratações de interesse regional, assegurando alinhamento institucional, eficiência administrativa e transparência no planejamento anual,

Promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Ficam desdobradas as metas bimestrais de arrecadação, bem como as previsões da receita tributária e própria do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD) para o exercício financeiro de 2026, conforme disposto no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Compete à Coordenação Administrativa promover a cobrança administrativa dos débitos do CONSUD, inscritos ou não em dívida ativa, estabelecendo, para esse fim, metas factíveis de arrecadação, devendo encaminhar ao setor jurídico os débitos inscritos em dívida ativa que não forem quitados na fase de cobrança extrajudicial.

Art. 3º Compete ao setor jurídico promover o encaminhamento dos débitos inscritos em dívida ativa para cobrança judicial, ressalvados os casos em que o custo da execução seja superior ao valor a ser cobrado, devendo, em qualquer hipótese, informar à Coordenação Administrativa os dados necessários à elaboração dos relatórios exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 4º Dê-se ciência aos setores responsáveis para que procedam à divulgação interna e aos devidos registros.

Art. 5º Esta resolução entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste, 06 de janeiro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Presidente

ANEXO ÚNICO

METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO			
RECEITAS - EXERCÍCIO 2026			
DESCRIÇÃO	1º BIM	2º BIM	3º BIM
Tributárias	R\$ 383.333,33	R\$ 383.333,33	R\$ 383.333,33
Patrimonial	R\$ 85.883,33	R\$ 85.883,33	R\$ 85.883,33
Transferencias Correntes	R\$ 43.982.796,26	R\$ 43.982.796,26	R\$ 43.982.796,26
Transferencias de Capital	R\$ 16.833,33	R\$ 16.833,33	R\$ 16.833,33
Outras	R\$ 56.833,33	R\$ 56.833,33	R\$ 56.833,33
TOTAL	R\$ 44.525.679,59	R\$ 44.525.679,59	R\$ 44.525.679,59
DESCRIÇÃO	4º BIM	5º BIM	6º BIM
Tributárias	R\$ 383.333,33	R\$ 383.333,33	R\$ 383.333,33
Patrimonial	R\$ 85.883,33	R\$ 85.883,33	R\$ 85.883,33
Transferencias Correntes	R\$ 43.982.796,26	R\$ 43.982.796,26	R\$ 43.982.796,26
Transferencias de Capital	R\$ 16.833,33	R\$ 16.833,33	R\$ 16.833,33
Outras	R\$ 56.833,33	R\$ 56.833,33	R\$ 56.833,33
TOTAL	R\$ 44.525.679,59	R\$ 44.525.679,59	R\$ 44.525.679,59
DESCRIÇÃO	TOTAL		
Tributárias	R\$ 1.150.000,00		
Patrimonial	R\$ 257.650,00		
Transferencias Correntes	R\$ 131.948.388,78		
Transferencias de Capital	R\$ 50.500,00		
Outras	R\$ 170.500,00		
TOTAL	R\$ 267.154.077,55		

Assinado digitalmente por:
JEAN PIERR CATTO
026.863.009-73
Presidente
12/01/2026 11:40:59

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 13 de Janeiro de 2026

Ano XV – Edição Nº 3528

Página 22 / 024

RESOLUÇÃO Nº 003/2026 DATA 06/01/2026

SÚMULA: Estabelece a programação financeira e o cronograma de desembolso para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SUDOESTE (CONSUD), NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E REGIMENTAIS, ESPECIALMENTE AS CONFERIDAS PELO ESTATUTO DO CONSUD,

Considerando que a Assembleia Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD), em reunião realizada em 05 de dezembro de 2025, aprovou o Plano de Ações Conjuntas de Interesse Comum – PLACIC, documento que organiza, prioriza e orienta a execução das ações, programas e contratações de interesse regional, assegurando alinhamento institucional, eficiência administrativa e transparência no planejamento anual,

Promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica estabelecida, para o exercício financeiro de 2026, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, abrangendo o orçamento do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD), conforme disposto nos Anexos I e II desta Resolução.

Art. 2º O cronograma de execução mensal de desembolso das despesas ficará vinculado ao efetivo cumprimento da programação financeira da receita estabelecida nesta Resolução, devendo o Presidente promover, quando necessário, a limitação de empenho, com a finalidade de evitar a ocorrência de déficit financeiro, nos casos em que a arrecadação mensal de receitas se mostrar inferior às previsões estabelecidas.

Art. 3º Dê-se ciência aos setores responsáveis para que procedam à divulgação interna e aos devidos registros.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste, 06 de janeiro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Presidente

ANEXO I

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PREVISÃO DAS RECEITAS - EXERCÍCIO 2026

RECEITAS CORRENTE				
DESCRIÇÃO	1º BIM	2º BIM	3º BIM	
Fonte 001 - Mensalidade Municípios Consorciados	R\$ 40.009.118,26	R\$ 40.009.118,26	R\$ 40.009.118,26	
Fonte 324 - CAPS ADIII Incentivo Financeiro	R\$ 505.265,33	R\$ 505.265,33	R\$ 505.265,33	
Fonte 337 - Qualicis	R\$ 389.232,00	R\$ 389.232,00	R\$ 389.232,00	
Fonte 494 - Fatura Sus	R\$ 1.290.680,67	R\$ 1.290.680,67	R\$ 1.290.680,67	
Fonte 501 - Alienação de Bens	R\$ 166,67	R\$ 166,67	R\$ 166,67	
Fonte 1064 - Assist. Fin. União Piso Enfermagem	R\$ 31.000,00	R\$ 31.000,00	R\$ 31.000,00	
Fonte 703 - Parceria Publico Privada - PPP	R\$ 2.283.350,00	R\$ 2.283.350,00	R\$ 2.283.350,00	
TOTAL	R\$ 44.508.812,93	R\$ 44.508.812,93	R\$ 44.508.812,93	

DESCRIÇÃO	4º BIM	5º BIM	6º BIM	
Fonte 001 - Mensalidade Municípios Consorciados	R\$ 40.009.118,26	R\$ 40.009.118,26	R\$ 40.009.118,26	
Fonte 324 - CAPS ADIII Incentivo Financeiro	R\$ 505.265,33	R\$ 505.265,33	R\$ 505.265,33	
Fonte 337 - Qualicis	R\$ 389.232,00	R\$ 389.232,00	R\$ 389.232,00	
Fonte 494 - Fatura Sus	R\$ 1.290.680,67	R\$ 1.290.680,67	R\$ 1.290.680,67	
Fonte 501 - Alienação de Bens	R\$ 166,67	R\$ 166,67	R\$ 166,67	
Fonte 1064 - Assist. Fin. União Piso Enfermagem	R\$ 31.000,00	R\$ 31.000,00	R\$ 31.000,00	
Fonte 703 - Parceria Publico Privada - PPP	R\$ 2.283.350,00	R\$ 2.283.350,00	R\$ 2.283.350,00	
TOTAL	R\$ 44.508.812,93	R\$ 44.508.812,93	R\$ 44.508.812,93	

DESCRIÇÃO	TOTAL
Fonte 001 - Mensalidade Municípios Consorciados	R\$ 240.054.709,55
Fonte 324 - CAPS ADIII Incentivo Financeiro	R\$ 3.031.592,00
Fonte 337 - Qualicis	R\$ 2.335.392,00
Fonte 494 - Fatura Sus	R\$ 7.744.084,00
Fonte 501 - Alienação de Bens	R\$ 1.000,00
Fonte 1064 - Assist. Fin. União Piso Enfermagem	R\$ 186.000,00
Fonte 703 - Parceria Publico Privada - PPP	R\$ 13.700.100,00
TOTAL RECEITAS CORRENTE	R\$ 267.062.877,55

RECEITAS DE CAPITAL			
DESCRIÇÃO	1º BIM	2º BIM	3º BIM
Fonte 342 - Aquis. de Equipamentos	R\$ 183,33	R\$ 183,33	R\$ 183,33
Fonte 343 - Obra Ampliação	R\$ 16.683,33	R\$ 16.683,33	R\$ 16.683,33
TOTAL	R\$ 16.866,67	R\$ 16.866,67	R\$ 16.866,67

DESCRIÇÃO	4º BIM	5º BIM	6º BIM	
Fonte 342 - Aquis. de Equipamentos	R\$ 183,33	R\$ 183,33	R\$ 183,33	
Fonte 343 - Obra Ampliação	R\$ 16.683,33	R\$ 16.683,33	R\$ 16.683,33	
TOTAL	R\$ 16.866,67	R\$ 16.866,67	R\$ 16.866,67	

TOTAL GERAL EXERCÍCIO 2026			
DESCRIÇÃO	1º BIM	2º BIM	3º BIM
TOTAL	R\$ 44.525.679,59	R\$ 44.525.679,59	R\$ 44.525.679,59
DESCRIÇÃO	4º BIM	5º BIM	6º BIM
TOTAL	R\$ 44.525.679,59	R\$ 44.525.679,59	R\$ 44.525.679,59

○ Rod. Contorno Vitorio Traiano, Nº 501 - Bairro Água Branca | Francisco Beltrão - PR
CEP: 85601-838 | ☎ (46) 3520 0900 | CNPJ: 00.333.678/0001-96 | www.consud.org

SUPERAVIT EXERCÍCIO ANTERIOR	
RECEITAS CORRENTES	
DESCRIÇÃO	1º BIM
Fonte 001 - Repasses Municípios Consorciados	R\$ 10.620.973,68
Fonte 324 - CAPS ADIII Incentivo Financeiro	R\$ 1.071.600,43
Fonte 337 - Qualicis	R\$ 1.212.548,22
Fonte 494 - Fatura Sus	R\$ 869.162,67
Fonte 501 - Alienação de Bens	
TOTAL	R\$ 13.774.285,00

TOTAL EXERCÍCIO 2026 E SUPERAVIT 2025			
DESCRIÇÃO	1º BIM	2º BIM	3º BIM
TOTAL	R\$ 58.299.964,59	R\$ 44.525.679,59	R\$ 44.525.679,59
DESCRIÇÃO	4º BIM	5º BIM	6º BIM
TOTAL	R\$ 44.525.679,59	R\$ 44.525.679,59	R\$ 44.525.679,59
TOTAL EXERCÍCIO 2026	R\$ 280.928.362,55		

ANEXO II

CRONOGRAMA BIMESTRAL DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO EXERCÍCIO 2026

DESPESAS CORRENTE				
DESCRIÇÃO	1º BIM	2º BIM	3º BIM	
Fonte 001 - Mensalidade Municípios Consorciados	R\$ 40.009.118,26	R\$ 40.009.118,26	R\$ 40.009.118,26	
Fonte 324 - CAPS ADIII Incentivo Financeiro	R\$ 505.265,33	R\$ 505.265,33	R\$ 505.265,33	
Fonte 337 - Qualicis	R\$ 389.232,00	R\$ 389.232,00	R\$ 389.232,00	
Fonte 494 - Fatura Sus	R\$ 1.290.680,67	R\$ 1.290.680,67	R\$ 1.290.680,67	
Fonte 501 - Alienação de Bens	R\$ 166,67	R\$ 166,67	R\$ 166,67	
Fonte 1064 - Assist. Fin. União Piso Enfermagem	R\$ 31.000,00	R\$ 31.000,00	R\$ 31.000,00	
Fonte 703 - Parceria Publico Privada - PPP	R\$ 2.283.350,00	R\$ 2.283.350,00	R\$ 2.283.350,00	
TOTAL	R\$ 44.508.812,93	R\$ 44.508.812,93	R\$ 44.508.812,93	

DESCRIÇÃO	4º BIM	5º BIM	6º BIM	
Fonte 001 - Mensalidade Municípios Consorciados	R\$ 40.009.118,26	R\$ 40.009.118,26	R\$ 40.009.118,26	
Fonte 324 - CAPS ADIII Incentivo Financeiro	R\$ 505.265,33	R\$ 505.265,33	R\$ 505.265,33	
Fonte 337 - Qualicis	R\$ 389.232,00	R\$ 389.232,00	R\$ 389.232,00	
Fonte 494 - Fatura Sus	R\$ 1.290.680,67	R\$ 1.290.680,67	R\$ 1.290.680,67	
Fonte 501 - Alienação de Bens	R\$ 166,67	R\$ 166,67	R\$ 166,67	
Fonte 1064 - Assist. Fin. União Piso Enfermagem	R\$ 31.000,00	R\$ 31.000,00	R\$ 31.000,00	
Fonte 703 - Parceria Publico Privada - PPP	R\$ 2.283.350,00	R\$ 2.283.350,00	R\$ 2.283.350,00	
TOTAL	R\$ 44.508.812,93	R\$ 44.508.812,93	R\$ 44.508.812,93	

DESCRIÇÃO	TOTAL
Fonte 001 - Mensalidade Municípios Consorciados	R\$ 240.054.709,55
Fonte 324 - CAPS ADIII Incentivo Financeiro	R\$ 3.031.592,00
Fonte 337 - Qualicis	R\$ 2.335.392,00
Fonte 494 - Fatura Sus	R\$ 7.744.084,00
Fonte 501 - Alienação de Bens	R\$ 1.000,00
Fonte 1064 - Assist. Fin. União Piso Enfermagem	R\$ 186.000,00
Fonte 703 - Parceria Publico Privada - PPP	R\$ 13.700.100,00
TOTAL DESPESAS CORRENTE	R\$ 267.062.877,55

○ Rod. Contorno Vitorio Traiano, Nº 501 - Bairro Água Branca | Francisco Beltrão - PR
CEP: 85601-838 | ☎ (46) 3520 0900 | CNPJ: 00.333.678/0001-96 | www.consud.org

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 13 de Janeiro de 2026

Ano XV – Edição Nº 3528

Página 23 / 024

SUPERAVIT EXERCÍCIO ANTERIOR	
DESPESAS CORRENTES	
DESCRIÇÃO	1º BIM
Fonte 001 - Repasses Municípios Consorciados	R\$ 10.620.973,68
Fonte 324 - CAPS ADIII Incentivo Financeiro	R\$ 1.071.600,43
Fonte 337 - Qualicis	R\$ 1.212.548,22
Fonte 494 - Fatura Sus	R\$ 869.162,67
Fonte 501 - Alienação de Bens	
TOTAL	R\$ 13.774.285,00

DESPESAS DE CAPITAL			
DESCRIÇÃO	1º BIM	2º BIM	3º BIM
Fonte 342 - Aquis. de Equipamentos	R\$ 183,33	R\$ 183,33	R\$ 183,33
Fonte 343 - Obra Ampliação	R\$ 16.683,33	R\$ 16.683,33	R\$ 16.683,33
TOTAL	R\$ 16.866,67	R\$ 16.866,67	R\$ 16.866,67

DESCRIÇÃO	4º BIM	5º BIM	6º BIM
Fonte 342 - Aquis. de Equipamentos	R\$ 183,33	R\$ 183,33	R\$ 183,33
Fonte 343 - Obra Ampliação	R\$ 16.683,33	R\$ 16.683,33	R\$ 16.683,33
TOTAL	R\$ 16.866,67	R\$ 16.866,67	R\$ 16.866,67

TOTAL			
EXERCÍCIO 2026 E SUPERAVIT 2025			
DESCRIÇÃO	1º BIM	2º BIM	3º BIM
TOTAL	R\$ 58.299.964,59	R\$ 44.525.679,59	R\$ 44.525.679,59
DESCRIÇÃO	4º BIM	5º BIM	6º BIM
TOTAL	R\$ 44.525.679,59	R\$ 44.525.679,59	R\$ 44.525.679,59
TOTAL EXERCÍCIO 2026		R\$ 280.928.362,55	

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 09/1/2026 11:41:09 PM. JS
PARA CONFERIR A AUTENTICIDADE DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <http://dioems.com.br/pd52836867e>



Assinado digitalmente por:
JEAN PIERRE CATTO
026.863.009-73
Presidente
12/01/2026 11:40:59

Cod458879

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA FRONTEIRA - CIF

CONTRATO DE RATEIO 03/2026

Pelo presente instrumento e conforme Art.9º do Estatuto do Consórcio Intermunicipal da Fronteira, o Município de BARRAÇÃO/PR, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa à Rua São Paulo, n.º 235, Centro, inscrito no CNPJ sob o n.º 75.666.131/0001-01 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JORGE LUIZ SANTIN, portador de CPF nº 563.243.249-15, residente e domiciliado no Distrito São José, Estrada Geral S/N, interior do Município de Barracão/PR, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA FRONTEIRA - CIF, entidade constituída com natureza jurídica de Consórcio Público de Direito Público (Ass.Pub.), inscrito no CNPJ sob nº 10.865-793/0001-65, com sede na Av. Brasil nº 33, Bairro Alvorada, no Município de Barracão, Estado do Paraná, neste ato representado por sua Presidente o Prefeita Municipal Sra. BIANCA MOREIRA MARAN, CPF nº 046.841.619-60, residente e domiciliada na Rua Visconde de Taunay, nº 255, Centro, na cidade de Dionísio Cerqueira/SC, doravante denominado CONTRATADO, tem entre si justo e acertado, com inteira sujeição à Lei nº 14.133/2021, à Lei nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007, Estatuto da Entidade e Protocolo de Intenções o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Contrato de Rateio será regido pelo disposto no art.8º da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, art.13 e Decreto Federal nº 6.017 de 17 de janeiro de 2007, Protocolo de Intenções e Estatuto do Consórcio Intermunicipal da Fronteira, bem como nos demais normativos pertinentes à matéria.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui-se como objeto do presente CONTRATO DE RATEIO a definição das regras e critérios de participação dos CONTRATANTES junto ao CONTRATADO nos repasses de obrigações financeiras de modo a assegurar o custeio de todas as atividades a serem desenvolvidas pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA FRONTEIRA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Anualmente, o Município contratante deverá constar em sua Lei Orçamentária Anual – LOA, dotação orçamentária para suportar as despesas assumidas através do presente Contrato de Rateio, bem como, é obrigação do Consórcio enviar a cada ente consorciado em tempo hábil, solicitação de inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO dos valores previstos das despesas para o exercício seguinte.

Fone: (49) 3644-4366 - Av. Brasil, 33 - Bairro Alvorada - CEP 85700-000 - Barracão-PR
Site: www.cifronteira.com.br | CNPJ: 10.865.793/0001-65

consignar Dotação Orçamentária suficiente para suportar as despesas assumidas por meio do presente Contrato de Rateio.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E FORMA DE REPASSE

O presente Contrato estabelece os valores a serem repassados pelo CONTRATANTE no rateio das obrigações financeiras para suportar as atividades a serem desenvolvidas pelo Consórcio Intermunicipal da Fronteira. O CONTRATANTE fica comprometido perante o CONTRATADO com sua cota-parte anual para o exercício de 2026 no valor total de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) por ente consorciado., totalizando o valor de R\$ 405.000,00 (quatrocentos e cinco mil reais) o orçamento do Consórcio para o exercício 2026 para os três entes consorciados.

Parágrafo Primeiro – O CONTRATADO responsabiliza-se pela solicitação mensal aos CONTRATANTES através de pedido formal de rateio das despesas daquele período, informando classificação orçamentária e conta bancária para depósito, desta forma desobrigando os CONTRATANTES ao repasse de 12 (doze) parcelas fixas mensais, por haver acordo entre as partes de solicitação de pedido de repasse apenas necessário para cobertura das despesas, até o limite da previsão orçamentária.

Parágrafo Segundo – Para o exercício 2026, as despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias dos entes consorciados que totalizará o orçamento geral do Consórcio Intermunicipal da Fronteira:

Dotação	Fonte Recurso	Descrição	Valor R\$
3.1.71.70	1000	Rateio pela participação em Consórcio Público	240.000,00
3.3.71.70	1002	Rateio pela participação em Consórcio Público	135.000,00
4.4.71.70	1003	Rateio pela participação em Consórcio Público	30.000,00
Total			405.000,00

Parágrafo Terceiro – Para o orçamento do exercício 2026, as despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias dos entes consorciados individualmente correspondente a cada Município integrante do Consórcio:

Fone: (49) 3644-4366 - Av. Brasil, 33 - Bairro Alvorada - CEP 85700-000 - Barracão-PR
Site: www.cifronteira.com.br | CNPJ: 10.865.793/0001-65

Dotação	Fonte Recurso	Descrição	Valor R\$
3.1.71.70	1000	Rateio pela participação em Consórcio Público	80.000,00
3.3.71.70	1002	Rateio pela participação em Consórcio Público	45.000,00
4.4.71.70	1003	Rateio pela participação em Consórcio Público	10.000,00
Total			135.000,00

Parágrafo Quarto – Se durante o exercício a demanda de despesas superar a previsão, poderá o CONTRATADO solicitar aos CONTRATANTES suplementação orçamentária através de crédito suplementar ou especial, em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/1964.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

I – Repassar os recursos financeiros ao CONTRATADO conforme estabelecido no presente CONTRATO DE RATEIO e RATEIO MENSAL que será solicitado pelo CONTRATADO;

II – Cumprir o estabelecido no Capítulo II – DA EXCLUSÃO do Estatuto do Consórcio Intermunicipal da Fronteira:

Art. 34 - Será excluído do Consórcio o participante que tenha deixado de incluir no Orçamento Municipal do ano em curso a dotação devida ao Consórcio assumida em contrato de rateio.

Parágrafo Único - A exclusão somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

Art. 35 - Será igualmente excluído o consorciado inadimplente por período superior a 30 (trinta) dias com as obrigações assumidas em contrato de rateio.

Parágrafo Único - A exclusão prevista neste artigo não exime o consorciado do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

I - Aplicar os recursos oriundos do presente CONTRATO DE RATEIO na execução dos objetivos definidos no Estatuto e Protocolo de Intenções, observando as normas da Contabilidade Pública e legislações pertinentes;

II – Executar as receitas e despesas em conformidade com as normas de direito financeiro aplicáveis às Entidades Públicas;

Fone: (49) 3644-4366 - Av. Brasil, 33 - Bairro Alvorada - CEP 85700-000 - Barracão-PR
Site: www.cifronteira.com.br | CNPJ: 10.865.793/0001-65

IV – Os recursos não utilizados serão objeto de crédito suplementar de superavit financeiro para o próximo ano, não sendo necessário a devolução de saldo no encerramento de cada exercício para os entes Consorciados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

Para efeitos deste CONTRATO DE RATEIO, a vigência inicia na data de sua assinatura com término em 31 de dezembro de 2026, em estrita observância à legislação orçamentária e financeira de cada ente consorciado.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Para dirimir eventuais dúvidas ou questões deste CONTRATO DE RATEIO, fica eleito o foro da comarca de Barracão, Estado do Paraná.

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições acima estabelecidas, as partes, através de seus representantes, firmam o presente CONTRATO DE RATEIO em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, sendo 01 (uma) via original repassada para cada parte representada.

Barracão/PR, 07 de janeiro de 2026.

BIANCA MARAN BERTAMONI
Presidente do Consórcio Intermunicipal da Fronteira
CONTRATADO

JORGE LUIZ SANTIN
Prefeito Municipal de Barracão/PR
CONTRATANTE

Fone: (49) 3644-4366 - Av. Brasil, 33 - Bairro Alvorada - CEP 85700-000 - Barracão-PR
Site: www.cifronteira.com.br | CNPJ: 10.865.793/0001-65